



Número: **0828147-81.2015.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DIEGO DA SILVA FERREIRA (AUTOR)		GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS (RÉU)		ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2759830	02/07/2015 15:18	Petição Inicial	Petição Inicial
2759899	02/07/2015 15:18	Ação de cobrança de seguro obrigatorio DPVAT - DIEGO DA SILVA FERREIRA	Outros documentos
2759903	02/07/2015 15:18	Procuração 2029	Procuração
2759905	02/07/2015 15:18	Documentos Pessoais 2029	Documento de Identificação
2759909	02/07/2015 15:18	Comprovante de Residência 2029	Documento de Identificação
2759912	02/07/2015 15:18	Boletim de Ocorrência 2029	Documento de Comprovação
2759914	02/07/2015 15:18	Laudo Médico 2029	Laudo Pericial
2759919	02/07/2015 15:18	Documentos Médicos 2029	Outros documentos
2759929	02/07/2015 15:18	Documentos Médicos - Part 2 2029	Outros documentos
2759931	02/07/2015 15:18	Documentos Médicos - Part 3 2029	Outros documentos
2759934	02/07/2015 15:18	Documentos Médicos - Part 4 2029	Outros documentos
2759936	02/07/2015 15:18	Documentos Médicos - Part 5 2029	Outros documentos
2759937	02/07/2015 15:18	Comprovante de Administrativo - NEGADO201507020001	Documento de Comprovação
3080429	07/08/2015 15:55	Despacho	Despacho
3165748	12/08/2015 17:41	Citação	Citação
3217637	18/08/2015 12:17	Diligência	Diligência
3217638	18/08/2015 12:18	cumprido ato positivo	Outros documentos
3463995	10/09/2015 20:45	Habilitação em processo	Petição
3463997	10/09/2015 20:45	01617855 PETICAO HABILITACAO DIEGO DA SILVA FERREIRA	Petição Inicial

3464000	10/09/2015 20:45	01617855 CONTESTACAO DIEGO DA SILVA FERREIRA	Contestação
3464002	10/09/2015 20:45	01617855 PROCESSO ADMINISTRATIVO DIEGO DA SILVA FERREIRA	Outros documentos
3464005	10/09/2015 20:45	MAPFRE SEGUROS GERAIS S	Procuração
3474874	14/09/2015 10:44	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
3483099	14/09/2015 10:59	Intimação	Intimação
3892186	21/10/2015 11:57	Petição	Petição
3892224	21/10/2015 11:57	Réplica - DIEGO DA SILVA FERREIRA	Outros documentos
12347137	18/09/2017 17:23	Petição	Petição
12347148	18/09/2017 17:23	Pedido de Prosseguimento do Feito - Diego da Silva Ferreira	Outros documentos
13973055	14/12/2017 09:22	Certidão	Certidão
23549719	19/04/2018 14:36	Despacho	Despacho
25365275	27/04/2018 09:13	Intimação	Intimação
26675639	23/05/2018 16:46	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
27177048	04/06/2018 17:48	Intimação	Intimação
27177049	04/06/2018 17:48	Intimação	Intimação
28835561	19/07/2018 12:57	Certidão	Certidão
28835576	19/07/2018 12:57	AR CUMPRIDO	Aviso de recebimento
28992377	24/07/2018 15:29	Laudo pericial	Ata da Audiência
28992477	24/07/2018 15:29	1617855 - PERICIA PAUTA CONCENTRADA - Diego da Silva Ferreira1	Ata da Audiência
29361702	03/08/2018 11:38	Petição	Petição
29361715	03/08/2018 11:38	1617855 MANIFESTAÇÃO DE LAUDO - REG 2	Outros documentos
34874811	21/11/2018 18:25	Petição	Petição
34874825	21/11/2018 18:25	1617855 PETIÇÃO HP - OFICIO.pdf-email	Outros documentos
38762088	06/02/2019 09:32	Certidão	Certidão
41994009	15/04/2019 10:39	Despacho	Despacho
42008896	15/04/2019 14:28	Certidão	Certidão
42227387	29/04/2019 11:42	Sentença	Sentença
43078709	21/05/2019 16:47	Petição	Petição
43078848	21/05/2019 16:47	Pedido de Desistência - DIEGO DA SILVA FERREIRA	Outros documentos
45488068	02/07/2019 15:23	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
45520495	03/07/2019 14:02	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
45521086	03/07/2019 14:03	Intimação	Intimação
45686237	05/07/2019 10:42	Petição	Petição
45686305	05/07/2019 10:42	1617855 PETIÇÃO CUSTAS FINAIS PDF	Outros documentos

46847 543	16/07/2019 15:36	Certidão	Certidão
45686 424	24/07/2019 19:36	Petição	Petição
47355 511	24/07/2019 19:36	1617855 PETIÇÃO PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO PDF	Outros documentos
47396 978	25/07/2019 16:45	Petição	Petição
47396 989	25/07/2019 16:45	1617855 PETIÇÃO CHAMANDO O FEITO A ORDEM PDF	Outros documentos

petição inicial e documentos em anexo



EXCELENTÍSSIMO(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DO NATAL - RN

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA

DIEGO DA SILVA FERREIRA, brasileiro, natural de Natal- RN, solteiro, auxiliar de ferramenteiro, RG nº 2.663.125 ITEP/RN, CPF nº 099.119.854-90, residente e domiciliado na Rua Acre, nº 60, Rosas dos Ventos, Parnamirim - RN, CEP 59.141-265, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine* assinado, este com escritório profissional na Rua Alberto Silva, nº 1314, Lagoa Seca, Natal - RN, CEP 59022-300, Tel: (84) 3206-3717, onde recebe intimações, com fulcro no art. 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria, propor a presente

**AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO -
DPVAT, COM PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA.**

em face de **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua Jaguarari, nº 1865, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP 59054 - 500, CNPJ nº 61.074.175/0043-97, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas:

I
DOS FATOS

No dia 1º de novembro de 2014, por volta das 18h43min, o Autor trafegava pela estrada carroçável da zona rural do município de São José do Mipibu - RN, conduzindo o veículo FIAT/UNO, de placas NNR-5039, quando, foi surpreendido por um veículo de modelo e placas não identificados, que o colidiu.

Com o forte impacto, o Autor ficou gravemente ferido, sendo socorrido e levado para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal - RN, onde, após receber os primeiros atendimentos médicos, foi diagnosticada luxação acrômio-clavicular esquerda. Passado alguns dias, foi encaminhado para o Hospital Memorial de Natal, nesta capital, submetendo-se à intervenção cirúrgica, seguido de tratamento conservador com imobilização e uso de sintomáticos, permanecendo internado durante alguns dias.



Já em casa, o Autor continuou recebendo acompanhamento médico, dando início, após a recuperação, a tratamento fisioterápico, que durou alguns meses.

Hoje, apresenta como sequelas, dor residual, limitação nos movimentos de abdução do ombro esquerdo, com diminuição da força muscular, causando no Autor dificuldades para erguer objetos com peso considerável, prejudicando-o na realização de suas atividades cotidianas e laborais, ou em quaisquer outras atividades que exijam esforço do membro superior esquerdo.

Os ferimentos sofridos no acidente foram de natureza gravíssima, de modo a deixar o Autor acometido da **debilidade permanente acima descrita**, a qual foi constatada após ser submetido a Exame com Médico Particular, o que o torna merecedor da indenização que ora pleiteia, o que se demonstrará pelos fundamentos jurídicos que se seguem.

Insta destacar que o Autor, em 2015, manejou processo administrativo de indenização do Seguro DPVAT perante a Comprev Seguros e Previdência S/A, o qual recebeu o número 3150070605. Contudo, o pedido foi indeferido, o que ensejou o ajuizamento da presente ação, inclusive com pedido de realização de perícia médica, a fim de se demonstrar que o Autor é, de fato, merecedor da indenização ora buscada.

II **DO DIREITO** **DA SUBSUNÇÃO DO CASO CONCRETO À NORMA**

Preliminarmente, chamo a atenção de Vossa Excelência para a tempestividade da presente demanda, vez que, da data da ocorrência do sinistro até o presente momento não transcorreram os três anos de que trata o Código Civil de 2002 para o ajuizamento da competente ação de cobrança da indenização do seguro ora em tela. Desta feita, resta demonstrado que a presente ação é absolutamente tempestiva.

Ultrapassada a matéria preliminar, passa-se a enfrentar o mérito da presente demanda, o que não requer maiores esforços.

A Lei nº 6.194/74 fez nascer o Seguro Obrigatório DPVAT, criado para amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores de vias terrestres. Para tanto, foi criado um consórcio de seguradoras privadas, responsável pela administração da verba arrecadada com o pagamento desse seguro, o que é feito por proprietários de veículos no momento do licenciamento anual junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN. Trata-se, inclusive, de condição essencial para que os veículos possam transitar pelas vias rodoviárias do país.



Esse convênio é responsável, especificamente, pelo pagamento das indenizações previstas na lei supracitada para os casos de morte, invalidez permanente ou despesas de assistência médica que tenham tido origem em um sinistro daquela natureza.

O art. 3º, II, da Lei 6.194/74, contempla que:

*"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º (DPVAT) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
II - "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente"*

Desse mandamento legal extrai-se que, sempre que ocorrer um acidente envolvendo veículos do qual resultem danos pessoais tais quais os descritos pela norma em comento, nasce, paralelamente, a responsabilidade desse consórcio de seguradoras de indenizar as vítimas. Não há dúvida de que se está a comentar de responsabilidade solidária entre as seguradoras participantes do consórcio, o que significa dizer que os interessados podem requerer de qualquer uma delas, a integralidade de sua indenização, senão vejamos:

"INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DENÚNCIAÇÃO DA LIDE - DIREITO DE REGRESSO - LEI N. 6.194/74. A falta de contratação do seguro obrigatório ou de pagamento do prêmio pelo proprietário do veículo não impede o recebimento da indenização a que faz jus a vítima de acidente automobilístico, podendo o ressarcimento ser reclamado junto a qualquer seguradora participante do convênio DPVAT, criado pela resolução 06/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados. Ao consórcio constituído pelas sociedades seguradoras é garantido nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei n. 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei n. 8.441/92, o direito de regresso contra o proprietário do veículo, em face de sua omissão no dever legal de contratar o seguro obrigatório". (DJMG de 07.05.96 - Jurisprudência Informatizada Saraiva n. 08). (grifos e destaques nossos)

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro



obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau. (APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96). (Grifos e destaques nossos).

Com essa conclusão, põe-se por terra qualquer alegação de ilegitimidade passiva *ad causam* por ventura levantada pela Demandada, como tentativa de excluir-se da responsabilidade legal mencionada. Ainda que o veículo causador do sinistro seja identificado, como foi o presente caso, bem como sua respectiva seguradora, à vítima, ainda assim, é facultada a escolha dentre as seguradoras consorciadas, acionando qualquer uma delas para realizar o pagamento da indenização. Entretanto, é resguardado o direito de regresso da Requerida contra o proprietário do veículo causador do acidente. Nesse sentido v. APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3/TAMG. Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96.

Outra matéria sempre presente nas irresignações das seguradoras nesse tipo de contenda é a relativa à necessidade de prévia recusa de pagamento do seguro pelas vias administrativas. Contudo, não passa de mais um argumento frágil utilizado na vã tentativa de se eximirem da responsabilidade de pagar o que é devido.

A jurisprudência pátria é uníssona em afirmar a dispensabilidade do prévio requerimento administrativo, uma vez que o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário prescinde do esgotamento de qualquer fase anterior. Vejamos o seguinte aresto:

“Seguro - DPVAT - Ação de cobrança - Indenização - Valor Ação de cobrança - Seguro obrigatório (DPVAT) - Pedido administrativo prévio - Desnecessidade - Inafastabilidade da apreciação jurisdicional - Irretroatividade da Lei nº 8.441/94 - Inaplicabilidade de resolução do CNSP que fixa valor indenizatório - Recurso meramente protelatório - Litigância de má-fé - Condenação mantida. Não há que se exigir prévio pedido administrativo de indenização junto à seguradora para posterior ingresso em juízo, tendo



em vista o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário. Quando os pedidos são fundados exclusivamente na Lei nº 6.194/74, é irrelevante o argumento de que a Lei nº 8.441/94 não retroage. Considerando o critério hierárquico de interpretação das normas, deve prevalecer a disposição do texto da lei federal (Lei nº 6.194/74) e não as normas regulamentadoras do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) quanto à fixação do quantum indenizatório. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº 223.05.178621-6 - Rel. Juiz João Martiniano Vieira Neto. Boletim nº90)''(grifos nossos).

Ultrapassadas tais questões, passa-se à análise do presente caso à luz da legislação regulamentadora do seguro obrigatório.

Primeiramente, não há que se negar a existência e a gravidade do acidente do qual foi vítima o Autor, o qual lhe resultou inúmeras consequências físicas lastimáveis. A invalidez permanente e o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões sofridas por ele estão amplamente comprovados por todos os documentos juntados a esta inicial.

Quanto à primeira, os documentos médicos acostados, e, principalmente, o Laudo confeccionado por médico particular, descreve com riqueza de detalhes todo o infortúnio suportado pelo Autor após o acidente. Da análise de tais documentos, resta patente e cristalino o alto grau de debilidade física ocasionado pelo sinistro ora em debate, motivo pelo qual não se pode cogitar a possibilidade de ser a Requerida condenada a pagar a indenização devida em grau inferior ao máximo.

Oportuno destacar trecho do mencionado Laudo elaborado por médico particular, que atesta inequivocamente o estado de invalidez permanente do Autor, senão vejamos:

LAUDO MÉDICO

(...) vítima de acidente automobilístico em 01/11/2014, de acordo com boletim hospitalar paciente sofreu luxação acrômio-clavicular esquerda, CID: S43.0, submetido a tratamento cirúrgico, imobilização e sintomáticos. Paciente apresenta-se dor residual, limitação na abdução do ombro esquerdo com diminuição da força muscular pela dor.

Outro requisito exigido pela norma em comento é a prova do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, o que pode ser demonstrado tanto



pelo Laudo supracitado como pelo Boletim de Ocorrência sob protocolo J2015023000145, da lavra da 1ª Delegacia Municipal de Parnamirim - RN.

Da análise de todos esses documentos restam cristalino e patente que o Autor enquadra-se, perfeitamente, em uma das hipóteses de cobertura do Seguro Obrigatório - DPVAT, qual seja a constante no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, o qual impõe o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00, nos casos de invalidez permanente. Por se ter demonstrado o alto grau de debilidade que acomete o Autor, e a sua consequente incapacitação para o trabalho, não se pode cogitar a possibilidade de ser a Requerida condenada a pagar a indenização devida em grau inferior ao máximo.

Isto posto, falece, antecipadamente, qualquer tentativa de se afastar a obrigação exigida da ora Demandada. Estando todos os requisitos legais devidamente demonstrados e provados, apenas resta para a análise de Vossa Excelência a quantificação da indenização pleiteada, o que, da mesma forma, não implicará em grandes dificuldades.

Com efeito, o seguro obrigatório - ao contrário dos demais contratos desta natureza - é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

Como dantes já afirmado, esse tipo de contenda resume-se à capacidade da parte autoral conseguir reunir o feixe de provas que demonstre o nexo de causalidade entre o resultado invalidez e o acidente de trânsito que a ocasionou.

Feito isso, como bem se demonstrou alhures, resta ao d. magistrado, apenas, a imposição de condenação no máximo permitido em lei. Afinal, como cediço, despicienda é a demonstração de qualquer outro elemento senão os já até agora exaustivamente comprovados. Isso porque a relação entre as seguradoras vinculadas ao convênio DPVAT e as vítimas de acidentes de trânsito está consubstanciada na responsabilidade civil objetiva, fulcrada, por sua vez, na teoria do risco. Esse é o entendimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ecoa pelos demais pretórios do país, senão vejamos:

“Seguro - DPVAT - Indenização - Valor - Fixação. Ação de cobrança - DPVAT - Invalidez permanente - Recibo de quitação - Valor probante parcial - Direito do remanescente - Valor previsto na lei - Impossibilidade de aplicação de resoluções e instruções do CNSP em razão do grau de invalidez - Fixação em salários mínimos - Possibilidade - Condenação mantida - Litigância de má-fé. Em se tratando de indenização por invalidez



permanente prevista no seguro DPVAT, o valor deverá ser no importe de 40 salários mínimos, conforme previsto no artigo 3, letra "b" da Lei 6.194/74, não se aplicando nenhuma tabela baseada em instruções ou resoluções de órgãos com funções meramente administrativas, financeiras e fiscalizadoras das operações das sociedades seguradoras, em desacordo com o texto legal específico, que fixa o valor da indenização. O recibo com quitação geral e plena, em que conste especificamente o valor pago, exonera o devedor em relação àquele valor, não podendo servir de quitação para eventuais valores remanescentes, pena de enriquecimento sem causa. A fixação da indenização em salários mínimos não constitui violação à norma constitucional, como já decidiu o STJ, haja vista que não é considerado valor de correção, mas apenas para base de cálculo do "quantum" a ser indenizado. A matéria vem sendo reiteradamente decidida pelos tribunais, não havendo divergência, sendo que a imposição do recurso em face dela constitui litigância de má-fé, nos termos do artigo 17, VII, do CPC. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº0223.05.159239-0 - Rel. Juiz José Maria dos Reis. Boletim nº90)" (grifo e destaque nossos)

"Seguro Obrigatório - DPVAT. Valor da indenização. Invalidez permanente. 40 salários-mínimos. ... Observo, ainda, que não há que se cogitar de eventual gradação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. A duas, a jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral. (2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, TJ-DFT - Processo: 2003.01.1.088819-3)"(grifo e destaque nosso).

Da mesma forma, vem entendendo a magistratura deste Estado e do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstra excerto da sentença recentemente prolatada pelo juiz do Juizado Especial Cível de Ponta Negra no processo nº 001.2008.005.203-6, que tratava de caso idêntico ao ora em tela, e cuja íntegra segue em anexo:



“Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base em Resolução editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que descabe a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA. I. Pelo disposto no art. 2.028, do CCB/2002, incide no caso concreto o prazo prescricional previsto no CCB/1916, pois houve redução do prescricional pela nova lei e por ocasião da entrada em vigor do novo código civil (12.01.2003) já havia transcorrido mais da metade do prazo previsto no CCB/1916. Assim, aplicável o art. 177, desse diploma legal, que traz o prazo vintenário. Considerando que o fato ocorreu em 28/06/1987 e a ação foi ajuizada em 27/06/2007 (fl. 09), não ultrapassou o prazo vintenário, rejeitando-se a prescrição alegada. II. Descabe cogitar acerca de graduação de invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de 40 salários mínimos. III. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é de quarenta salários mínimos. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. O pagamento do seguro se dá com base no salário mínimo da data do ajuizamento da ação, termo inicial para a contagem da correção monetária, nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001434554, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 09/10/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. 1. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 2. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. 3. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. 4. Incidência de juros moratórios na ordem de 1%, a contar da citação. 5. Honorários mantidos. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70021304365, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 10/10/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pela autora não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de carência de ação rejeitada. Existe lei



específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei n. 6.194/1974 não estabelece. Por isso, limitando-se a controvérsia dos autos ao valor da indenização, mostra-se desprovida a realização de perícia médica para aferição do grau de invalidez. Caso em que a parte-autora faz jus à complementação da indenização securitária. Ausente a prova de que a autora, em decorrência do acidente de trânsito, resultou inválida permanentemente, não há como responsabilizar a ré pelo pagamento da complementação de indenização securitária perseguida. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70018750570, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 02/05/2007).

Frise-se que em se tratando de seguro pessoal, como no caso em exame, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.”

Não restando mais nada a se demonstrar ou provar, eis que todas as exigências legais foram amplamente atendidas, tem-se que a conjugação dos fatos aqui narrados com o direito ora esposado é suficiente para sustentar a pretensão do Autor de obter o que lhe é assegurado por lei. Sendo assim, vem à presença de Vossa Excelência para obter a plenitude do pleito que se segue.

III DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, é a presente ação para requerer:

a) a citação da Requerida, nos termos dos arts. 215 e ss, do CPC, para, querendo, comparecer à audiência a ser designada por V.Exa., e, querendo, apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão, acompanhando o feito em todos os seus ulteriores atos, até final decisão que haverá por declarar a procedência da ação, condenando a Requerida no quantum pedido;

b) **seja o Autor submetido à perícia médica**, através de médico nomeado por esse juízo e bancado pelo Estado ou pela Ré, a fim de se constatar a invalidez permanente já alegada por esta parte e devidamente demonstrada em laudo particular acostado;

c) **seja julgada totalmente procedente** a presente ação para **condenar a Requerida ao pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, consoante determinado pela Lei n.º 6.194/74, art. 3º, II, em favor do



Autor, devidamente corrigidos e com a incidência de juros legais a contar da citação;

d) a condenação da Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, se houverem, bem como em honorários de sucumbência na ordem de 20% sobre o valor da condenação, no caso de recurso;

e) conceda ao Autor o benefício de postular sob o manto da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter suporte financeiro para arcar com as despesas processuais.

Protesta-se por provar o alegado com o uso de todos os meios em direito admitidos, na oportunidade da realização da audiência de instrução e julgamento e demais momentos que se faça necessário.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Termos em que,
Pede deferimento.

Natal - RN, 11 de maio de 2015.

GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO
Advogado – OAB-RN nº 680-A

QUESITAÇÃO AOS PERITOS:

01. Quais os ferimentos sofridos pelo Autor quando da ocorrência do acidente automobilístico narrado nos autos?
02. Da ofensa sofrida resultou perda, inutilização ou comprometimento de órgão, membro, sentido ou função?
03. Desses ferimentos resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou incapacidade permanente para o trabalho no Autor?





PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Diego da Silva Ferreira, brasileiro, solteiro, de Natal/RN,
bolseiro, auxiliar de faculdade, RG nº 2.663.125 IEP/RN,
CPE nº 099.119 954-90, residente e domiciliado na Rua Acrio,
Nº 60, Bairro dos Ventos, Parnamirim-RN, CEP 59.141-265.

OUTORGADOS: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-MA sob o nº. 7.617, OAB-RN sob o nº 680-A, OAB-CE sob o nº 24.263-A, OAB-PE sob o nº 1.298-A e OAB-PB sob o nº 19.297-A, com endereço profissional na Rua Alberto Silva, nº 1314, Lagoa Seca, Natal - RN;

PODERES: Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive propor quaisquer ações, defender-me nas que me forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber alvará, cheque e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante e defendendo-o, na condição de reclamado bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Parnamirim, 11/05/2015.

Diego da Silva Ferreira

Outorgante

Rua Edgar Dantas, nº 451, Santos Reis, Parnamirim - RN, CEP 59.141-150
Fone: (84) 2010-4944/ 8829-1941/ 9402-8854/ 9697-7865
E-mail: agresteassessoria@gmail.com



Assinado eletronicamente por: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO - 02/07/2015 15:16:57
<http://pje1g.tjrj.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1507021513434940000002655319>
 Número do documento: 1507021513434940000002655319



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Endereço: RUA EDGAR DIANTAS, 1660, SANTOS REIS, MACAIBA

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J201502300145 1.2 Data/Hora de Expedição: 07/01/2015 15:03:16
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 01/11/2014 18:43:00 2.2 Autoria: Desconhecida
2.3 Fato: Consumado 2.4 Flagrante: Não
2.4 Meio(s) empregado(s): Outros
2.6 Tipo do local: Via Pública 2.7 Logradouro: CAMINHO DE JAPECANGA
2.8 Número: S/N 2.9 CEP:
2.10 Complemento: 2.11 Ponto de Referência:
2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS 2.13 Cidade: SÃO JOSÉ DE MIPIBU
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: DIEGO DA SILVA FERREIRA 3.2 Estado civil: Solteiro
3.3 Etnia: Parda 3.4 Pai: GENIVAL SOARES FERREIRA
3.5 Mãe: FRANCISCA GIRENE DA SILVA FERREIRA 3.6 Data de Nascimento: 17/06/1992
3.7 Sexo: MASCULINO 3.8 RG: 002663125 - ITEPRN
3.9 CPF: 3.10 Passaporte:
3.11 Nacionalidade: 3.12 Nacionalidade: NATAL - RN
3.13 Profissão: AUXILIAR DE FERRAMENTEIRO 3.14 E-Mail:
3.15 Telefone(s): 84 91351933 3.16 Logradouro: RUA ACRE
3.17 Número: 60 3.18 CEP:
3.19 Bairro: ROSA DOS VENTOS 3.20 Cidade: PARNAMIRIM
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS VÍTIMAS)

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE AFIRMA TER SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, QUANDO TRAFEGAVA NO SEU VEÍCULO: FIAT UNO DE COR VERMELHA DE PLACAS NHR 5039 DE RENAVAN: 00183588563 NO ENDEREÇO ACIMA CITADO E QUE FOI COLHIDO POR UM VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO, QUE SE EVADIU DO LOCAL CAUSANDO NA VÍTIMA: FRATURA NA CLÁVICULA ESQUERDA, CONFORME BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA DO HOSPITAL WILFREDO GURGEL EM NATAL. NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.
Data: 07/01/2015 15:03:16


Policial


Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS
Impresso por: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS em 07/01/2015 15:03:18

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA



Dr. GLAUCO ANTONIO LEMOS DE MACEDO

CRM/RN 3019 CPF – 357.652.324/34

LAUDO MÉDICO

PACIENTE, **DIEGO DA SILVA FERREIRA**, VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO, EM **01/11/2014**, DE ACORDO COM BOLETIM HOSPITALAR PACIENTE SOFREU LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR ESQUERDA, CID: **S43.0**, SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO, IMOBILIZAÇÃO E SINTOMÁTICO. PACIENTE APRESENTA-SE DOR RESIDUAL, LIMITAÇÃO NA ABDUÇÃO DO OMBRO ESQUERDO COM DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR PELA DOR.

NATAL, 15 DE JANEIRO DE 2015


Dr. GLAUCO ANTONIO LEMOS DE MACEDO

CRM/RN – 3019

CIRURGIÃO GERAL





SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL



03/11/14

PACIENTE DIEGO DA SILVA FERREIRA
DATA DE ENTRADA 01/11/2014 **HORA** 18:43 **Nº BAA** 43583
IDADE 22 **SEXO** M **ETNIA** - **CARTÃO SUS**
CPF 099.119.854-90 **RG** - **ESTADO CIVIL**
NOME DA MÃE FRANCISCA GIRLENE DA SILVA FERREIRA
NOME DO PAI -
NASCIMENTO 17/06/1992 **NATURALIDADE** Natal-RN
TELEFONE (84) 9151-9807 **PROFISSÃO** -
RUA/AV. RUA ACRE Nº 60 **BAIRRO** ROSA DOS VENTOS
COMPLEMENTO - **CIDADE** Parnamirim-RN
CEP - **ORIGEM** Outra **MOTIVO** Acidente de Trânsito / Carro - Capotamento
ACID. DE TRABALHO Não **USUÁRIO** Wellingtongomes

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE-DA LESÃO (ALEGADA)

Paciente vítima de capotamento de carro após perda de controle da direção. Col-
ta sem cinto de segurança. Nega colisão e perda de autonomia. Nega histórico de epilepsia.
Nega TCC, diabetes, doença cardíaca, vômitos, desidratação. Refere náuseas.
Refere dor e limitação do movimento do ombro esquerdo.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A Vias aéreas patentes. Sem urticária. Sem edema cervical.
B MV: bilateral, vesicular, sem RA.
C RC, RT, BNF, sem ruídos. FC = 96 bpm.
D ECG-15. Rítmico, regular, batimentos sinistral de condução.
E Dor e limitação do arco do movimento do ombro esquerdo, sem edema, sem ulcera.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Adm: flexão, inclinação à palpação.
Pulso apical

COPIA COM ORIGINAL
13/11/14

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATÓRIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCORE FINAL

DIAGNÓSTICO INICIAL

RAIOS-X

CID

Realizado em 01/11/14
Técnico: ALEX EDUARDO



EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A (ALERGIAS): Nega

M (MEDICAÇÃO EM USO): Nega

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS): Nega

L (LIQ E ALIMENTOS INGERIDOS): De manhã - água

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL): Rubens DT há 4 anos

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM) ***

Rx ombro AP e perfil (esquerdo)

Rx Torax

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDIÇÕES E PROCEDIMENTOS)

1. Dabigatran 75mg - 1amp, IM

2. Oxicodona - 02 amp + ASD, CV

3. Tramadol 100mg + 100ml SF-0.9%, CV

4. Diclofenaco 75mg - 1amp, IM

Alto da cirurgia em 6h

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 2:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3:	HORA:	DATA:

MÉDICO (Carimbo)





Diego A. Silva

Peço-lhe com muita
afetividade por favor
enviar a minha
carta de agradecimento

Diego A. Silva

20/07/15

Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84) 3133-1200 / Fax: (84) 3102-1228
hmemorial@veloxe-mail.com.br

Data: 13/11/2014 10:30

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Registro: 92484

Num. RG: 002663125

CPF: 099.119.854-90 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Solteiro(a)

Endereço: ACRE

Nº: 60

Bairro: ROSA DOS VENTOS

Cidade: PARNAMIRIM

UF: RN

CEP: 59150000

Fone: 8491519807

Profissão:

Mãe: FRANCISCA GIRENE DA SILVA FERREIRA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1

Entrada: 13/11/2014 10:25 Previsão saída: 16/11/2014 11:00 Atendente: CLAUDIA F

Convênio: SUS ESTADUAL

Matrícula/CNS: 160599155160005

Médico: Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO

CRM: 5621

ENFERMARIA 212-B

Dados do Responsável

Responsável:

CPF:

RG:

Parentesco:

TERMO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO PROCEDIMENTOS E CIRURGIAS GERAIS

- 1 - Autorizo o(a) Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO a realizar o seguinte procedimento, tratamento ou cirurgia: TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CL
- 2 - O(A) Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO, explicou-me claramente a proposta do tratamento, procedimento a qual serei submetido(a), seus benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas. Tive a oportunidade de fazer perguntas, e todas foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não existe garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos.
- 3 - Autorizo qualquer outro procedimento / tratamento, incluindo transfusão de sangue, em situações imprevista que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente proposto.

Razão por que o paciente não assinou o presente Termo de Ciência e Consentimento e Responsabilização.
Preenchido pelo responsável do paciente

Assinatura [x] Paciente [] Responsável []

Diego da Silva Ferreira

DEVE SER PREENCHIDO PELO MÉDICO

Certifico que expliquei detalhadamente a este paciente, ou ao seu responsável, o procedimento, cirurgia, seus benefícios, riscos e suas alternativas, respondi satisfatoriamente todas as perguntas do paciente e acredito que o paciente / responsável compreendeu todo o que expliquei.

Assumo a responsabilidade pelo procedimento a que será submetido

Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO - CRM 56

MediWare

Página 1 / 1





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARQUE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84) 3133-4101 Fax: (84) 3192-1228
hmemoria@vivo.com.br

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 13/11/2014 10:30

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Registro: 92484

Num. RG: 002663125 CPF: 099.119.854-90 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Solteiro(a)

Endereço: ACRE

N: 60

Bairro: ROSA DOS VENTOS

Cidade: PARNAMIRIM

UF: RN

CEP: 59150000

Fone: 8491519807

Profissão:

Mãe: FRANCISCA GIRLENE DA SILVA FERREIRA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1

Entrada: 13/11/2014 10:25 Previsão saída: 15/11/2014 11:00 Atendente: CLAUDIAF

Convênio: SUS ESTADUAL

Matrícula/CNS: 160599155160005

Médico: Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO

CRM: 5621

ENFERMARIA 212-B

Dados do Responsável

Responsável:

CPF:

RG:

Parentesco:

Termo de Responsabilidade

Declaro para fins de direito, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com o Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial.

Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga ao Hospital Memorial de Natal pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do débito, que autorizo seja acrescido de juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, se houver, e credora esta autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de prestação de serviços.

Assinatura: [] Paciente [] Responsável

Diego da Silva Ferreira

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamarque, 979
Tirol 59021-020 Natal/RN
Conferido com original
Em: 28/01/15
[Assinatura]

Observações

COM DUAS PELICULAS DE RX EXAMES L1-L8 LAUDO DO SUS MEDICO CIENTE



DIEGO DA SILVA FERREIRA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS
PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Hospital Memorial de Natal

Registro-Internamento: 92484 - 1

Leito Nº ENFERMARIA 212-B

Médico CRM - 5621 - MARCOS CABRAL FAGUNDES R

LAUDO MÉDICO PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS

LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

☒ Mudança de Procedimento

☒ Uso de Prótese, Ortese

☐ Diária de U.T.I

☐ Uso de Fatores de Coagulação

☐ Diária de Acompanhante

☐ Uso de Oxigenadores

☐ Vacina Anti TBH

☐ Nutrição Parenteral

HOSPITAL

10.867.687/0001-10 Hospital Memorial de Natal

PAIENTE

92484 - 1 DIEGO DA SILVA FERREIRA

PROCEDIMENTO ANTERIOR

PROCEDIMENTO SOLICITADO

MÉDICO SOLICITANTE

CRM

CPF

MARCOS CABRAL FAGUNDES R

5621

012.031.724-94

JUSTIFICATIVA

ANTE O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO FOI REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO DISTAL DE CLAVÍCULA (040801.116.5) E PLASTIA TENDÃO CONJUNTO (040806.147.6) E OSTEOTOMIA 1/3 DISTAL DE CLAVÍCULA (040801.116.5) UTILIZADO O FIO DE KIRSHNER 2.0MM

ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE

CRM

DATA

5621

13/11/2014 10:50

AUTORIZAÇÃO

COORDENADOR

Dr. Gustavo Rodrigo Maciel Conceição

CPF: 201.467.364-77

CRM 1590

Assinatura: 11/11/2014

CRM

DATA





Hospital Memorial de Natal

Av. JUVENIL LAMARTINE 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (54) 3133-4200 - Fax: (54) 3102-1225
www.hospitalmemorialdenatal.com.br

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 13/11/2014 10:30

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA Registro: 92484
Num. RG: 092663125 CPF: 099.118.854-90 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Solteiro(a)
Endereço: ACRE N. 60 Bairro: ROSA DOS VENTOS
Cidade: PARNAMIRIM UF: RN CEP: 59150000 Fone: 8491519807
Profissão: Mte. FRANCISCA GIRLENE DA SILVA FERREIRA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1 Entrada: 13/11/2014 10:25 Previsão saída: 15/11/2014 11:00 Atendente: CLAUDIA F
Convênio: SUS ESTADUAL Matrícula/CNS: 160599155160005
Médico: Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO CRM: 5621

ENFERMARIA 212-B

Termo de Responsabilidade

Data/Hora Alta: _____ Motivo: _____

Data da Baixa: _____ No. de dias de hospitalização: _____ No. de US: _____

Local de atendimento: _____ Diagnóstico: _____

Procedência: _____

História da Doença atual: _____

Interrogatório sobre diversos aparelhos: _____

Antecedentes pessoais: _____

Antecedentes familiares: _____

Estado geral: _____

Ap. respiratório: _____

Ap. digestivo: _____

Ap. Locomotor e Neurológico: _____

Ap. Urinário e Ginecológico: _____

Impressão geral: _____

Conduta: _____

MediWare

Página 1/1



Código 119823798
N. AII 241410062983-1

NATAL
12/11/2014 - 17:09:11
13/11/2014 - 09:44:02
13/11/2014
13/11/2014
14/11/2014
14/11/2014 - 01:35:33
13/11/2014 POR OUTROS MOTIVOS

Operador	03282559494PC
Operador	18628640434E/ILDA
Operador	33391521448FRANCISCA
Operador	33391521449FRANCISCA

CNPJ:
CNPJ:
1.60599155160005
Telefone:
Naturalidade:
NATAL - RN
UF
RN
CEP
Telefone do Responsável

CPF do Médico Solicitante:	Nome do Médico Solicitante:
01203172496	MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO
CPF do Médico Executante:	Nome do Médico Executante:
01203172496	MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO
Desempenho Trimestral - CHU	

Classificação de Risco

R = 0 () = urgência, atendimento o mais rápido possível.

Código:

() - Urgente

Queda:

FALTA C = CIRURGIOS = ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

Procedimento Solicitado:

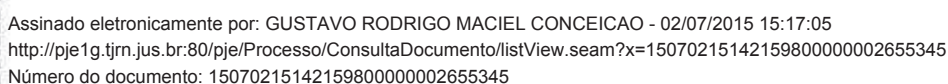
TATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-UNICAO ACROMIO-CLAVICULAR

Clinica Complementar:
Nenhuma
Código:
0408010195

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
 FRATURA EM GIBRO E
 Principais Resultados de Provas Diagnósticas:
 EXAME FÍSICO E RX
 Condições que Justificam a Internação:
 TFO CIRÚRGICO FACTO OCURRENDO DO WALFREDO GURIG

Assinatura e Carimbo do Médico Regulador (autorizador)

Case# 114295-40431 Date _____
Em _____



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Momenhor Walfredo Junge
Pronto Socorro Clóvis Barreto

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO / AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR**IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

Cód: 119823798

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE H. W. 6.		2 - CNES	
3 - ESTABELECIMENTO DO EXECUTANTE H. MONOMILIA		4 - CNES	
5 - NOME DO PACIENTE Dra. da Silva Ferreira		6 - Nº DO PROTOCOLO (2000)	
7 - CARTÃO NACIONAL SUS 1015991581600051	8 - DATA DE NASCIMENTO 17/06/99	9 - SEXO L	10 - Nº DO PROTOCOLO MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/> FEMININO <input checked="" type="checkbox"/>
11 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL Ferreira, Gêise da Silva Ferreira		12 - TELEFONE DE CONTATO 9151-9807 ou 9155-1938	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº) Rua Aene, n.º 60		14 - BAIRRO Rosa dos Ventos	
15 - MUNICÍPIO Fortaleza		16 - UF RN	
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Trauma contuso em antebraço (E)		18 - CEP 59.141-265	
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Necessidade de tratamento cirúrgico			
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) Rx e exame clínico			
21 - DIAGNÓSTICO PRINCIPAL Luxação aberta do ombro esquerda grau III	22 - CID PRINCIPAL	23 - CID SECUNDÁRIO	24 - LAUDOS ASSOCIADOS
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Tratamento cirúrgico	26 - LEITO / CLÍNICA	27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	28 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE 04515814003
29 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	30 - DT SOLICITAÇÃO 04.11.14	31 - CNES / CPF	32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	34 - CNPJ DA SEGURADORA	35 - Nº DO BILHETE	36 - BÔNUS
37 - () ACID. TRABALHO TÍPICO	38 - CNPJ	39 -	40 -
41 - () ACID. TRABALHO TRAJETO			
42 - CID PRINCIPAL		DESCRIÇÃO - CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL	
43 - CID SECUNDÁRIO		44 - () GRAVE	45 - () GRAVÍSSIMA
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROF. AUTORIZADO	47 - NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO	48 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR (Nº)	
49 - DT AUTORIZ.	50 - DT AUTORIZ.		
51 - CNES / CPF	52 -		
53 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)	54 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		

ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NÚSSO.



RELATÓRIO ANESTESIA

ISDA

Intubação Orotracheal - Correlato Esquerdo

PRE-ANESTÉSICO

DROGAS

TECNICA ANESTÉSICA

Bloqueio do Plexo Braquial Esquerdo

DROGAS USADAS NA ANESTESIA

COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
00100	Atropina	AMP		00814	Ranitidina	AMP					
00100	Agua Reduzida	AMP		00817	Spas 10mg	AMP					
00100	Amidone 2%	AMP		00818	Propranolol	AMP					
00100	Cloridrato de Propofol	AMP		00819	Albúmina	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00820	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00821	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00822	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00823	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00824	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00825	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00826	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00827	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00828	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00829	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00830	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00831	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00832	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00833	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00834	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00835	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00836	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00837	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00838	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00839	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00840	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00841	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00842	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00843	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00844	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00845	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00846	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00847	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00848	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00849	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00850	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00851	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00852	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00853	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00854	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00855	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00856	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00857	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00858	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00859	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00860	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00861	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00862	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00863	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00864	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00865	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00866	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00867	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00868	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00869	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00870	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00871	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00872	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00873	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00874	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00875	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00876	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00877	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00878	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00879	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00880	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00881	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00882	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00883	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00884	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00885	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00886	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00887	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00888	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00889	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00890	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00891	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00892	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00893	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00894	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00895	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00896	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00897	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00898	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00899	Insulina 100mg	AMP					
00100	Cloridrato de Sufentanil	AMP		00900	Insulina 100mg	AMP					

Interocorrências

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Oxímetro	SIM
Cardioscópio	SIM
Capnógrafo	SIM
Oxigênio Líquido	201mm
Protóxido Líquido	

ANOTAÇÕES

INÍCIO ANESTESIA	INÍCIO CIRURGIA	DATA
11:00	11:00	13.11.2014
FINAL CIRURGIA	FINAL ANESTESIA	ANESTESIOLOGISTA
12:00	12:00	CRM 1304



CONSULTA HOSP->SOLICITAÇÕES

Código 115823798

Unidade Solicitante:

HOSPITAL MEMORIAL

Unidade Executante:

HOSPITAL MEMORIAL

Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro:
AV JUVENAL LAMARTINE - 979 -- TIROI

Município Regulador:

NATAL

Data de Solicitação:

12.11.2014 - 17:09:11

Data de Autorização:

13/11/2014 - 09:44:02

Data de Reserva:

13.11.2014

Data Prevista de Alta:

14.11.2014

CNS:

2408252

CNS:

2408252

Município:

NATAL

Operador:

03282959494PPC

Operador:

16628640434ENILDA

Unidade Referência:

Não Informado

Nome do Paciente:

DIEGO DA SILVA FERREIRA

Data de Nascimento:

17.06.1992

Sexo:

Masculino

Nome da Mãe:

FRANCISCA GIRENE DA SILVA FERREIRA

Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro:

Município:

PARANATIM

Nome do Responsável:

CNS:

CNS:

160599155160005

Telefone:

Naturalidade:

NATAL - RN

UF:

RN

CEP:

Telefone do Responsável:

CPF do Médico Solicitante:

01203172494

Nome do Médico Solicitante:

MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO

Diagnóstico Inicial - CID:

LUXACAO DA ARTICULACAO ACROMIOCLAVICULAR - S431

Classificação de Risco:

ALTA RISCO - urgência, atendimento o mais rápido possível.

Caráter:

11 - Urgência

Clínica:

ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

Procedimento Solicitado:

TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR

Clínica Complementar:

Nenhuma

Código:

0408010185

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

TRAUMA EM OMBRO E

Principais Resultados de Provas Diagnósticas:

EXAME FISICO E RX

Condições que Justificam a Internação:

TTO CIRURGICO PACTE ORIENTADO DO WALFREDO GURGEL

Assinatura e Carimbo do Médico Regulador (autorizador)





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228 - Email: hmemorial@veloxmail.com.br

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Data: 13/11/2014 12:37

Dados do Paciente

Registro: 92484 IH: 1

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Nascimento: 17/06/1992

22 anos

Internação: 13/11/2014 10:25:29

Leito: ENFERMARIA 212-B

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

DURANTE E APÓS O ATO CIRÚRGICO

Tipo: BLOQUEIO PLEXO MSE

Anestesiologista: D. GILVAN

Tipo: LUXAÇÃO ACROMIO CLAVICULAR

Cirurgião: D. MARCOS

Instrumentador: NAYARA

Circulante: ÉRICA FIDÉLIS

Tipo curativo: LIMPO

Tem material para biópsia/cultura: NÃO

Inf. sanguínea: NÃO

Monitoração correta: SIM

Placa de bisturi: SIM

Antibiótico profilático?: Kefazol

Medicação administradas:

Intercorrências / Observações

PACIENTE ADMITIDO EM SALA CIRURGICA CONSCIENTE E ORIENTADO. PULSIONADO JELCO N-20 COM EXITO. VIABILIZADO S.F. À 9,9%. O MESMO NEGA ALERGIAS MEDICAMENTOSAS, HIPERTENSÃO E DIABETES. PROCEDIMENTO REALIZADO COM EXITO E SEM INTERCORRENCIAS E O MESMO ENCAMINHADO AO CRO AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

Potencial de Contaminação: Limpa

ÉRICA FIDÉLIS DOS SANTOS
COREN - 617897

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol - Natal/RN
Cont: 3133-4200
Email: hmemorial@veloxmail.com.br



BLOCO CIRÚRGICO
BOLETIM DE SALA

Reg	9248	ANOME	D: 62 do Numa, resp. do	APTO
-----	------	-------	-------------------------	------

Chiruga Realizada: Instrumentación, cirugía de la mano, cirugía de la muñeca y codo, cirugía de la columna y osteofixación.

DATA: 11/20/19	INICIO: 11:00 HS	MIN:	TERMINO: 12:00 HS	MIN:
----------------	------------------	------	-------------------	------

EQUIPE	NOME	CIC/MP	GRM	CIRURGIA
--------	------	--------	-----	----------

[illegible]

						Mesa
ridge						Grande

[illegible]

(1) - all over - down to bottom - like walking - full moon - a good night

[illegible]

4-7th 16000 = last said - international & world of increasing abolition

1. $\frac{1}{2} \cdot \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$ $\frac{1}{4} \cdot \frac{1}{4} = \frac{1}{16}$ $\frac{1}{16} \cdot \frac{1}{16} = \frac{1}{256}$ $\frac{1}{256} \cdot \frac{1}{256} = \frac{1}{65536}$ $\frac{1}{65536} \cdot \frac{1}{65536} = \frac{1}{4294967296}$

Account of the relations & progress

[illegible]

CIRCUANTE

Expense & Comod



Pratidão Médica

Contato: SUS ESTADUAL
Atendimento: 13/11/14 10:25
Telefone: 849151002

Unid. POSTO II
L-110 ENFERMARIA 215-B

Registro 92424
PARNAMIRIM - RN

Controle

CI

14/11/2014 10:50 Peródica
1) ALTA HOSPITALAR Pela manhã

13/11/2014 10:50

Dr. MARCOS CARRELL FAGUNDES REBO
CRM 5621

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juv. - Alameda 879
Tiro 5000 - 215-B Hospital/Enf
Contato: 849151002

Página 1 / 1

*MedicWare - 13/11/2014 15:40 (U152/ASSIST 583) / (DWO 33)





Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228 - Email: hmemorial@veloemail.com.br

Data: 13/11/2014 12:38

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Dados do Paciente

Registro: 92484 IH: 1 Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA
Nascimento: 17/05/1992 22 anos Internação: 13/11/2014 10:25:29 Leito: ENFERMARIA 212-B

COREN - 862096 - MARIA ELIZABETE B PEREIRA

ANTES DO ATO CIRÚRGICO

Observações:

PACIENTE ADMITIDO NO CC PRA REALIZAR CIRURGIA DE LUXAÇÃO ACRÓMIO CLAVICULAR, CONSCIENTE, NEGA
IAS+DM E ALERGIA E SEQUE AOS CUIDADOS

Liberação pré-existente: NÃO

Ha reserva sanguínea: NÃO

Prótese: NÃO

Jóias: NÃO

Membro a lado da cirurgia: MSE

Exame Laboratorial: SIM

Risco Cirúrgico: NÃO

Raio X: PRÉ SIM-GTD: 01

Alergias (medicamentos, iodo, esparadrapo): NÃO

Assinatura Responsável

Maria Elizabete B Pereira

Outros Exames:

COREN - 862096 - MARIA ELIZABETE B PEREIRA

SRPA

Nível consciência: CONSCIENTE

Oxigenoterapia: O2 AMBIENTE

Acesso venoso: SIM

Diurese: NÃO

Aclaração: NÃO

Pálido: NÃO

Sudorese: NÃO

Tremores: NÃO

Hipotensão: NÃO

Raio X de Controle:

Medicação administradas:

Encaminhamento:

PACIENTE ENCAMINHADO AO LEITO CONSCIENTE NA HVP COM CURATIVO LIMPO E
OCLUIDO ACOMPANHADO PELO MAQUEIRO

Assinatura Responsável

Maria Elizabete B Pereira

HOSPITAL MEMORIAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979
TIROL - NATAL/RN
CEP: 59060-000
FONE: (84) 3133-4200



REGISTRO DIÁRIO DE ENFERMAGEM

Data: 14/11/2014 10:37

Dados do Paciente

Paciente: **DIEGO DA SILVA FERREIRA**

Registro: **92484** Nº Internação: **1**

Nascimento: **17/05/1992** 22 anos Data Internação: **13/11/2014 10:25:29**

Leito: **ENFERMARIA 212-B**

<u>ESTADO GERAL</u>	<u>Higiene</u>		
<u>Consciente</u>	<u>Com auxílio</u>		
<u>Corado</u>	<u>Respiração</u>		
<u>Responsivo</u>	<u>O2 Ambiente</u>		
<u>Acuidade</u>	<u>Deambulação</u>		
	<u>Restrição de leito</u>		
<u>Eliminação Vesical</u>	<u>Eliminação Intestinal</u>		
<u>DIURIS VESICAIS</u>			
<u>Princípio</u> 110X70	<u>Temperatura</u> 36.6	<u>Respiração</u> 20	
<u>ACESSO VENOSO</u>	<u>DIETA</u>		
<u>Selecione uma opção</u>	<u>Oral</u>	<u>Queixas do Paciente</u>	
	<u>Outra</u>	SEM QUEIXAS	
	<u>Obs</u>		

Observações Gerais

PAC. EM POS DE FRATURA DE ACROMIO CLAVICULAR, NA HV. COM ESQ. DE ATR. NO LEITO APERIDO. SSVV. SEGUIR AOS CUIDADOS DA ENF.

13/11/2014 20:34:23 *Elizabeth*
 COREN - 826465
 ELIZABETH FERREIRA DA SILVA

<u>ESTADO GERAL</u>	<u>Higiene</u>		
<u>Consciente</u>	<u>Com auxílio</u>		
<u>Corado</u>	<u>Respiração</u>		
<u>Responsivo</u>	<u>O2 Ambiente</u>		
<u>Acuidade</u>	<u>Deambulação</u>		
	<u>Restrição de leito</u>		
<u>Eliminação Vesical</u>	<u>Eliminação Intestinal</u>		
<u>DIURIS VESICAIS</u>			
<u>Princípio</u> 110X70	<u>Temperatura</u> 36.6	<u>Respiração</u> 20	
<u>ACESSO VENOSO</u>	<u>DIETA</u>		
<u>Selecione uma opção</u>	<u>Oral</u>	<u>Queixas do Paciente</u>	
	<u>Outra</u>	SEM QUEIXAS	
	<u>Obs</u>		

Observações Gerais

PACIENTE EM POS DE TRATAMENTO CIRURGICO DE CLAVICULA, HIGIENIZADO, RECEBEU VISITA FMDICA E ALTA HOSPITALAR E SAIU COM ORIENTACOES MEDICAS E ACOMPANHADO DE FAMILIARES.

14/11/2014 09:35:29 *Daniel*
 COREN - 827753
 DANIEL BERNARDO DO NASCIMENTO SILVA

HOSPITAL MEMORIAL
 Av. JUVENAL LAMARCA, 979 - TIROL - NATAL/RN
 Fone: (54) 3111-4200 / Fax: (54) 3102-1228
 hmemorial@hmemorial.com.br



Hospital Memorial de Natal

Pré-História - Médica

Paciente: GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

Prontuário: 92484

Endereço: AV. LUIZ GOMES VENTOS - PARANAMIRIM - RN

Unid. POSTO II
Lógo: ENFERMARIA 212-B

Convênio: SUS ESTADUAL
Admissão: 13/11/14 10:53
Telefone: (84) 3151980

13/11/2014 10:53 Períodica Solic: 114 72653 Qt

Controle

1) DIETA HIPOSSODICA, Conforme SND

2) DIPIRONA 500MG/2ML INJ (NOVALGINA)

Uso: 1 ampola via endovenosa 06 em 06 horas

3) METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML (PIASIL)

Uso: 1 ampola via endovenosa 06 em 06 horas A

crédito médico

4) CEFALOTINA 1G FA

Uso: 1 ampola via endovenosa 06 em 06 horas

5) SORO FISIOLOGICO 0.9% 1000ML

Uso: 1 frasco/ampola via endovenosa, Ao dia

6) TRAMADOL CLORIDRATO 100MG INJ (TRAMAL 3)

Uso: 1 ampola via endovenosa 06 em 06 horas

7) SINAIS VITAIS (SSV - CCGG), 06 em 06 horas

8) TUBO DIGESTIVO, Ao dia

9) TUBO TIFOID, Ao dia

10) TUBO COLON, Ao dia

11) TUBO EM, Ao dia

12) TUBO VENTIL, Ao dia

13) TUBO URIN, Ao dia

14) TUBO BIL, Ao dia

15) TUBO SANG, Ao dia

16) TUBO CUL, Ao dia

17) TUBO VAG, Ao dia

18) TUBO VAG, Ao dia

19) TUBO VAG, Ao dia

20) TUBO VAG, Ao dia

21) TUBO VAG, Ao dia

22) TUBO VAG, Ao dia

23) TUBO VAG, Ao dia

24) TUBO VAG, Ao dia

25) TUBO VAG, Ao dia

26) TUBO VAG, Ao dia

27) TUBO VAG, Ao dia

28) TUBO VAG, Ao dia

29) TUBO VAG, Ao dia

30) TUBO VAG, Ao dia

31) TUBO VAG, Ao dia

32) TUBO VAG, Ao dia

Dr. MARCOS CARVAL FAGUNDES REGO

CRM 5621

Solic: 13/11/2014 15:40

*MediWare - 13/11/2014 15:40 (U152/ASSIST 583) / (DWO:33)

Página: 1 / 1

EVOLUÇÃO NUTRICIONISTA - ADMISSÃO

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Registro: 92484 Num Internação: 1

Nascimento: 17/05/1992 / 22 anos Data Internação: 13/11/2014 10:25:29

Leito: ENFERMARIA 212-B

PLANO DE NUTRIÇÃO

PACIENTE ACUTA ALIMENTAÇÃO LIVRE. FUNÇÕES ELIMINATORIAS NORMAIS. RECEBEU ALTA HOSPITALAR.

Adriana

14/11/2014 07:40:04
CRN - 2257

ADRIANA DE QUEIROZ XAVIER

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol - Natal/RN
Conf. _____
Em _____



REGISTRO DE ENFERMAGEM - ADMISSÃO

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Nascimento: 17/6/1992 (22 anos)

Acompanhante:

Registro: 92484 Nº Internação: 1

Data Internação: 13/11/2014 10:25:29

Parentesco:

PROCEDÊNCIA

PACIENTE PROVENIENTE DO CENTRO CIRÚRGICO EM POS OPERATÓRIO IMEDIATO DE FRATURA DE LUXAÇÃO ACROMIO CLAVICULAR NOS CUIDADOS DO DR. MARCOS

ESTADO GERAL

☒ Consciente
☐ Inconsciente
☒ Corado
☐ Hipocorado
Respiração:
☒ C2 Ambiente
Mascara de Venturi

☒ Responsivo
☐ Sonolento
☐ Comatoso
☒ Apnéptico
Observações:

Higiene
☒ Com Auxílio
☐ Sem Auxílio

Deambulação
☐ Com Auxílio
☒ Sem Auxílio
☐ Restrito ao leito

SINAIS VITAIS

Pressão Arterial: 130X70
Temperatura: 36,0°C

Pulso: 78
Respiração: 20

ANAMNESE

Doenças Crônicas
NEGA

Uso de Medicamentos
NEGA

Medicamentosas
NEGA

Integridade da Pele
PELE ÍNTEGRA

ACESSO VENOSO

Tipo:

Local:

Hiperemia: Dor: Edema: Temperatura:
Tempo:

DIETA

Tipo: ☒ Oral

Observações:

Sonda Nasogástrica

Sonda Nadoesôfágica

☒ Aceita

Aceita Parcial

Não Aceita

DIURESE

Sonda:

Espontâneo

Observações Gerais

PACIENTE ADMITIDO NESTE SETOR EM POS OPERATÓRIO IMEDIATO DE FRATURA DE ACROMIO CLAVICULAR NA HIDRATAÇÃO VENOSA PERIFÉRICA. COMUNICADO A NUTRIÇÃO, SEGUE EM REPOUSO NO LEITO SEM INTERCORRÊNCIAS AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

Documentação e Exames

3 PELÍCULAS DE RAIO X, E EXAMES LABORATORIAIS

HOSPITAL MEMORIAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
CEP: 59060-000

Josivânia

13/11/2014 15:29:03
CCREN - 271530
JOSIVANIA FRANCISCA DA SILVA



EVOLUÇÃO NUTRICIONISTA - ADMISSÃO

Dados do Paciente

Paciente: **DIEGO DA SILVA FERREIRA**

Registro: **92484** Num. Internação: **1**

Nascimento: **17/06/1992** 22 anos Data Internação: **13/11/2014 10:25:29** Leito: **ENFERMARIA 212-B**

INDICAÇÕES NUTRICIONAIS

PACIENTE É HIPERTENSA FUNÇÕES ELIMINATORIAS NORMAIS. RECEBERÁ DIETA HIPOSSÓDICA.



13/11/2014 13:58:27
CRN - 2257

ADRIANA DE QUEIROZ XAVIER

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juv
Tirol 979
Cidade
RN



SINISTRO 3150070605 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DIEGO DA SILVA FERREIRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

ENDEREÇO Av. Mem de Sá, 247 - 1º andar - parte, Centro, Rio de Janeiro - 19. CEP: 20230-151

BENEFICIÁRIO DIEGO DA SILVA FERREIRA

CPF/CNPJ: 09911985490

Posição em 02-07-2015 09:40:11

Pedido de indenização **consta como negado** em sistema. Para mais informações procure procure o local em que o pedido de indenização foi analisado (ver endereço acima).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

0828147-81.2015.8.20.5001

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor:AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: RÉU: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

DESPACHO

I Sobre a adoção do rito ordinário e o deferimento da citação

ADOTO o rito ordinário por mais célere que o sumário na praxe forense.

CITE-SE a ré para resposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil).

II Sobre a gratuidade judiciária

DEFIRO o pedido de gratuidade judiciária face à existência de elementos de qualificação e endereço que comprovarem ter o autor necessidade do benefício da lei (cf a leitura do artigo 4º da Lei n 1060, de 05 de fevereiro de 1950, condicionada pelo artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República).

III Ao final

Ao final, esgotado o prazo de resposta, com ou sem ela, venham conclusos.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 6 de agosto de 2015



THEREZA CRISTINA COSTA ROCHA GOMES

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
14ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE CITAÇÃO

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). , Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO da parte requerida, MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., para contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código 15070215133750500000002655313, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".



Despacho: " I Sobre a adoção do rito ordinário e o deferimento da citação ADOTO o rito ordinário por mais célere que o sumário na praxe forense. CITE-SE a ré para resposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). II Sobre a gratuidade judiciária DEFIRO o pedido de gratuidade judiciária face à existência de elementos de qualificação e endereço que comprovarem ter o autor necessidade do benefício da lei (cf a leitura do artigo 4º da Lei n 1060, de 05 de fevereiro de 1950, condicionada pelo artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República). III Ao final Ao final, esgotado o prazo de resposta, com ou sem ela, venham conclusos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Natal/RN, 6 de agosto de 2015 THEREZA CRISTINA COSTA ROCHA GOMES Juiz de Direito."

Destinatário:

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Rua Jaguarari, nº 1865 - Lagoa Nova

CEP: 59054-500 - Natal/RN

CUMpra-SE, na forma da lei e sob suas penas.

Eu, Neilson Figueredo Pinheiro de Lima, Auxiliar Técnico, o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Natal/RN, 12 de agosto de 2015.

Maria Jacqueline Lopes de Luna Freire

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

14ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Demandado(a): RÉU: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço constante no mesmo e lá estando, Citei a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., através de seu representante legal, que após a leitura do mandado, deu o ciente e recebeu a contra fé. O referido é verdade e dou fé.

Natal/RN, 18 de agosto de 2015.

NEI RAMALHO BARRETO

Oficial de Justiça

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
14ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

MANDADO DE CITAÇÃO

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à CITAÇÃO da parte requerida, MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., para contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao site do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código 1507021513375050000002655313, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Despacho: " I Sobre a adoção do rito ordinário e o deferimento da citação ADOTO o rito ordinário por mais célere que o sumário na praxe forense. CITE-SE a ré para resposta dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). II Sobre a gratuidade judiciária DEFIRO o pedido de gratuidade judiciária face à existência de elementos de qualificação e endereço que comprovarem ter o autor necessidade do benefício da lei (cf a leitura do artigo 4º da Lei n 1060, de 05 de fevereiro de 1950, condicionada pelo artigo 8º, inciso LXXIV, da Constituição da República). III Ao final Ao final, esgotado o prazo de resposta, com ou sem ela, venham conclusos, Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Natal/RN, 6 de agosto de 2015 THEREZA CRISTINA COSTA ROCHA GOMES Juiz de Direito."

Destinatário:

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Rua Jaguarari, nº 1865 - Lagoa Nova

CEP: 59054-500 - Natal/RN

Recebido. 17.08.2015
Danielle Soares

N

13/08/2015 10:00



CUMPRA-SE, na forma da lei e sob suas penas.


Eu, Neilson Figueredo Pinheiro de Lima, Auxiliar Técnico, o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Natal/RN, 12 de agosto de 2015.

Maria Jacqueline Lopes de Luna Freire

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

 Assinado eletronicamente por: NEILSON FIGUEREDO PINHEIRO DE LIMA
<https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 3165748


1508121741273690000003040253

13/08/2015 10:00



Habilitação em processo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE NATAL/RN**

PROCESSO Nº: 0828147-81.2015.8.20.5001 (Processo Eletrônico)

PARTE AUTORA: DIEGO DA SILVA FERREIRA


PARTE RÉ: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 16.983 e OAB/RN 1066-A, vem, perante Vossa Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe, mediante juntada dos documentos em anexo.

Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/RN sob o nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

De Recife/PE para Natal/RN, 10 de setembro de 2015.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

OAB/RN 1066-A



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.

PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, atualmente denominada de MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresa seguradora com sede à Avenida das Nações, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ: 61.074.175/0001-38, São Paulo/SP, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe promove **DIEGO DA SILVA FERREIRA** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, arguindo, provando e requerendo o que se segue:

Preliminarmente, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/RN nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

I | DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que no dia **01/11/2014** foi vítima de acidente de trânsito, restando inválido permanentemente em virtude de lesões em membro.

Cumpre destacar que o sinistro informado na documentação já fora objeto de regulação administrativa, tendo a parte autora em 27/01/2015 realizado pedido administrativo 315007060501, referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, contudo não logrou êxito, vez que restou comprovado na via administrativa a inexistência de debilidade decorrente do sinistro.

1 |



Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

II| DA REALIDADE DOS FATOS

A Seguradora Ré quando do procedimento administrativo 315007060501, ao analisar os documentos apresentados pelo autor verificou que não restou configurada qualquer lesão decorrente do sinistro.

É necessário explanar os fatos descritos na inicial para que este juízo possa melhor entender por qual razão a Seguradora Ré não efetuou o pagamento quando do requerimento administrativo formulado pela parte autora.

Acaso fosse constatada a existência de debilidade total e completa, a parte autora teria direito a receber a indenização no valor integral de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), prevista no artigo, 3º, da Lei 11.482/07. Contudo, quando da realização do procedimento administrativo restou concluído que a parte autora não possui lesões indenizáveis em decorrência do sinistro.

Ora, de acordo com os documentos apresentados pela parte Autora a mesma não sofreu DEBILIDADE em decorrência do sinistro, capaz de ensejar o pagamento de indenização securitária, conforme será exposto adiante.

Assim, o autor recorreu ao judiciário para pleitear verba decorrente de lesão não indenizável pelo seguro DPVAT, motivo pelo qual, não merece prosperar o pleito autoral.



III | DAS PRELIMINARES

III. 1 | DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora pretende que o seguro DPVAT a indenize por invalidez permanente que teria como causa um acidente automobilístico.

Esta Seguradora pretende demonstrar que a parte autora carece da ação por não ter feito a comprovação documental de sua pretensão. Ocorre que, a parte autora não junta ao processo o documento que comprova ser o seu grau de invalidez superior ao que constou no processo administrativo, sendo este imprescindível para o deslinde da demanda.

Nesta senda, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, estabelecem:

"§ 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora".

§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a



mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supracitada, como em razão de ser fundamental ao alcance de seu direito, em conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC. Vejamos:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito"
(CPC)

Assim, não havendo meios comprobatórios do alegado, deve a presente demanda ser extinta sem julgamento do mérito em perfeita consonância com o disposto no artigo 267, inciso IV do CPC.

III. 2| DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ. DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PELA SEGURADORA LÍDER

Apesar de a demanda ter sido direcionada a Seguradora **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, atualmente denominada de MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, é mister destacar que a primeira é ilegítima para figurar no polo passivo da presente lide, pelo que deverá ser reconhecida a ilegitimidade passiva da mesma, conforme será demonstrado.

Para aprimorar ainda mais o Seguro DPVAT, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder – DPVAT, através da Portaria nº 2.797/07, publicada em 07 de dezembro de 2007.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder – DPVAT passou a representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.



Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a demandada da lide, e incluindo a pessoa jurídica **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**(CNPJ n. 09.248.608/0001-4, e sede na **Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar**, Centro, Rio de Janeiro/RJ) quem responderá e indenizará em caso de eventual procedência dos pedidos. Ou alternativamente, incluir a seguradora no polo passivo da demanda, na qualidade de litisconsorte passivo.

Alternativamente, caso não entenda este r. Juízo pela alteração do polo passivo, requer a inclusão da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.** para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva.

IV| DO MÉRITO

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

IV. 1| DA AUSÊNCIA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE

Impende destacar que de acordo com a documentação carreada aos autos, não se pode concluir pela ocorrência de invalidez, incapacidade ou debilidade a ser suportada pelo demandante.

Vale ressaltar que a parte autora não logrou êxito em seu pleito administrativo, ante a ausência de lesões indenizáveis, conforme processo administrativo em anexo.

Cumpre registrar que após análise dos documentos apresentados na via administrativa restou comprovado que não foram esgotados todos os recursos terapêuticos disponíveis para a recuperação do sinistrado. Desta forma, à vista da documentação apresentada, não se tem a

5|



caracterização de sequelas definitivas que possam configurar invalidez permanente e o consequente pagamento do seguro DPVAT. Vejamos colagem:

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*).

☒ Vítima em tratamento

☐ Com sequela permanente

Ora, não há nos autos quaisquer documentos hábeis a comprovar que a parte autora possui DEBILIDADE em decorrência do sinistro. Sendo assim, a parte autora não faz jus à indenização pleiteada.

Urge ressaltar que a **parte autora ainda encontra-se em tratamento**, não configurando invalidez de **CARÁTER PERMANENTE** capaz de ensejar o pagamento do Seguro DPVAT, ou seja, **NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DEBILIDADE**.

Vejamos jurisprudência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:

Apelação (0259516-8) (...) In casu, verifico que o aos laudos médicos acostados pelo próprio autor demonstram que este não sofreu invalidez permanente, mas sim, deformidade permanente que se exprime no abaulamento na clavícula direita (conforme laudo às fls. 14). Em verdade, vislumbra-se que o autor não faz jus ao recebimento de indenização do seguro DPVAT, haja vista o seguro em tela não cobrir eventos de deformidade permanente. Inclusive, oportuno destacar que o referido laudo conclui taxativamente que o autor não possui déficit de função e que se encontra restabelecido do ponto de vista médico legal. Nesse contexto, constata-se que a deformidade permanente apresentada pelo recorrido não tem o condão de comprovar a alegada invalidez. É cediço que a indenização securitária de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos casos de invalidez permanente, tem por escopo equiparar aquele que ficou permanentemente inválido àquele que veio a falecer, ou seja, em ambos os casos a vítima não terá condições laborais. No caso sub examine, vislumbra-se que o autor não logrou em comprovar que a deformidade permanente sofrida importou na redução de sua capacidade de trabalho ou na impossibilidade deste em exercer suas regulares funções laborativas. (...) Ante o exposto, conclui-se que as seqüelas advindas do sinistro narrado nos autos não resultaram na invalidez permanente do autor, fato que de per si impõe a reforma da sentença no sentido de julgar improcedentes os pedidos inaugurais. Isto posto, com fulcro no artigo 557, § 1º-A do

61



Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO a presente apelação, de forma monocrática, para reformar a r. sentença, para julgar improcedentes os pedidos formulados na exordial. Por fim, inverte os ônus sucumbenciais, e condeno o autor ao pagamento das custas processuais, contudo, a referida cobrança fica suspensa, por estar litigando sob o pálio da justiça gratuita, nos termos do art. 12 da Lei n.º 1.060/50. Intimem-se. Publique-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 08/3/12 Tenório dos Santos Des. Relator (grifo nosso)

Infere-se do acima exposto, que no presente caso, não há cobertura securitária, haja vista que a parte autora não possui DEBILIDADE, ou seja, não há o que falar em lesão que gera qualquer tipo de DANO ANATÔMICO OU FUNCIONAL.

Assim, impor à Seguradora a cobertura além da legalmente prevista em lei, implicaria em uma ofensa ao Princípio da Legalidade, estabelecido pela Carta Magna. Nestes termos, não merece prosperar o pleito autoral.

IV. 2| DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - NECESSIDADE DE GRADAÇÃO DA LESÃO

Conforme se observa na petição inicial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a alegada invalidez permanente da Parte Autora. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez da parte demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios.

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Ora, basta a simples análise dos documentos acostados pela parte autora que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota

7|



de acolhimento do mesmo, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos autos qualquer documento capaz de comprovar alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total.

Tanto é que a lei 6.194/74, quanto à lei 11.482/2007, bem como as alterações previstas na lei 11.945/2009, fazem distinções dos graus de invalidez auferidos em perícias para fins de pagamentos de indenização, pois essas leis limitam o valor indenizatório em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em continuidade, salienta a ré que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa e incompleta.

Nesta senda, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474, pacificando que nos casos de invalidez permanente, as indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT deverão ser pagas em conformidade com o grau de invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Registra-se, por oportuno, que a gradação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esses dados não refletissem nas indenizações pagas, in verbis:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA. Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à

8|



época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010.”

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização total ao autor, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

IV. 3| DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame, haja vista que a



parte autora não comprova o alegado e apenas colaciona aos autos meros documentos médicos que não quantificam nem quantificam a lesão sofrida.

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

IV. 4|DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."



O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que segue transcrita:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o verdadeiramente que não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

IV. 5|DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Válido ressaltar que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50. Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, a parte autora, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença. (...)."



Ressalte-se, por oportuno, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, onde se diz que o percentual máximo permitido, em casos de “fácil” instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

“(...) § 3o - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)”

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

V| REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável à propositura da ação, qual seja, Laudo do IML;



- b) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Seguradora Ré, com a consequente substituição da Seguradora Ré pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, ou, alternativamente, requer a inclusão desta última no polo passivo;

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Acolher a **incidência da Lei 6.194/74**, com todas as suas alterações, considerando que a **PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente**, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização;
- b) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- c) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- d) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação;



e) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que a Parte é beneficiária da assistência judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 10%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 365, inciso VI do Código de Processo Civil.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Natal/RN, de 10 de setembro de 2015.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

OAB/RN 1066-A



ROL DE QUESITOS (ANEXO I)

- 1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;**
- 2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;**
- 3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;**
- 4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.**
- 5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?**
- 6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?**
- 7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?**
- 8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?**



ANEXO II

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						



Rio de Janeiro, 02 de Março de 2015

Carta nº: 6446294

A/C: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Sinistro: 3150070605
Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA
Data Acidente: 01/11/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: NEGATIVA TÉCNICA - VÍTIMA EM TRATAMENTO

Prezado(a) Senhor(a),

Após análise dos documentos que nos foram enviados, a assessoria médica verificou que ainda não foram esgotados todos os recursos terapêuticos disponíveis para a recuperação da vítima. Não se tem, portanto, até o momento, e à vista da documentação apresentada, uma caracterização de sequelas definitivas que possam configurar invalidez permanente e, conseqüentemente, um valor a ser indenizado pelo Seguro DPVAT.

Para que se dê andamento ao processo de indenização é necessário, nos termos da legislação vigente, aguardar a alta médica do tratamento. A partir de então, caso existam sequelas definitivas e permanentes, a vítima deverá apresentar toda a documentação médica pertinente, emitida após o término do seu tratamento e sua alta definitiva, especialmente o Laudo do IML (Instituto Médico Legal), qualificando e quantificando as perdas funcionais irreversíveis.

Assim, por não haver ainda cobertura técnica para o evento objeto de sua solicitação, haja vista o tratamento terapêutico não ter sido concluído, consideramos a presente reclamação de indenização como encerrada em nossos arquivos.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2015

Carta nº: 6197782

A/C: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Sinistro: 3150070605
Vitima: DIEGO DA SILVA FERREIRA
Data Acidente: 01/11/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00131/00132 - carta_01





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Seguradora Líder - DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Diego da Silva Pennine PORTADOR(A) DO Nº 05045507350 EXPEDIDO POR Detran-RN EM 01/10/2014 E RENDA MENSAL DE R\$ (*), NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Diego da Silva Pennine AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, de forma alguma, ser apresentadas:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL, operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta poupança operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprovatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br/, bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO

Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir)

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÍ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO

Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir)

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE, UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte na data do acidente, indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez (tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse:

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO



1004035: ação vigente
21204: acordo com a



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
 Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
 Polícia Civil
 Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
 Endereço: RUA EDGAR DANTAS, 1660, SANTOS REIS, MACAIBA

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2015023000145
 1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data/Hora de Expedição: 07/01/2015 15:03:16

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 01/11/2014 18:43:00
 2.3 Fato: Consumado
 2.4 Meio(s) empregado(s): Outros
 2.6 Tipo do local: Via Pública
 2.8 Número: S/N
 2.10 Complemento:
 2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIO E FAZENDAS
 2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: DIEGO DA SILVA FERREIRA
 3.3 Estado: Pardo
 3.5 Mãe: FRANCISCA GIRELENE DA SILVA FERREIRA
 3.7 Sexo: MASCULINO
 3.9 CPF:
 3.11 Nacionalidade:
 3.13 Profissão: AUXILIAR DE FERRAMENTEIRO
 3.15 Telefone(s): 84 91551933
 3.17 Número: 60
 3.19 Bairro: ROSA DOS VENTOS
 3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS VÍTIMAS)

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico
 O COMUNICANTE AFIRMA TER SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, QUANDO TRÁFEGAVA NO SEU VEÍCULO FIAT UNO DE COR VERMELHA DE PLACAS NBR 5039 DE RENAVAN 00183569583, NO ENDEREÇO ACIMA CITADO E QUE FOI COLHIDO POR UM VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO, QUE SE EVADIU DO LOCAL, CAUSANDO NA VÍTIMA, FRATURA NA CLAVÍCULA ESQUERDA, CONFORME BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA DO HOSPITAL WALFREDO GURGEL EM NATAL, MADA MAIS DISSSE

9.2 Informações do CIOSP

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarant(e)s, sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.
 Data: 07/01/2015 15:03:16

Policial

Interessado

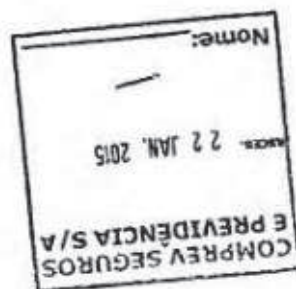
Policial direto



FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

J2015023000145

J2015023000145 - 72524982837112a8d50f79c86d0c5a4



Página 1 de 1

Eu, Diego da Silva Ferreira, CPF nº 05045507350, e inscrito no CPF/MF sob o nº 099.119.854-90, residente e domiciliado na R. Acad. 60 - Roca dos ventos, Estado PA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

(X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

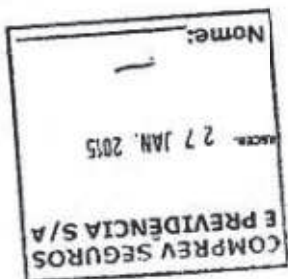
() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugnação, caso discorde do seu conteúdo.

Diego da Silva Ferreira

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação



Local e data

Paranaguá 13.01.15



DECLARAÇÃO À SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT.



COMPROVAÇÃO DE ATD DECLARATÓRIO

Eu, Dr. Sérgio da Silva Ranzana, de identidade nº 05045503350 e CPF nº 099.119.854-90 residente e domiciliado na R. Acne - 60, Box dos Ventos Bairro: Box dos Ventos Cidade: Panorama - RN beneficiário do seguro DPVAT referente ao acidente de trânsito por mim sofrido no dia 01/11/2015 venho perante a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, em resposta às exigências de apresentação de prova adicionais da ocorrência do acidente, enumeradas no Guia de Regulação de Sinistros, afirmar que fui socorrido por populares e NÃO POSSUO NENHUM desses documentos abaixo citados, ora exigidos:

- Atendimento e/ou remoção pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil ou
- Atendimento e/ou Remoção pela Polícia Rodoviária Federal, ou
- Atendimento e/ou Remoção pelos "Anjos do Asfalto", ou Concessionárias de Vias Públicas ou similares, ou
- Remoção pela SAMU, Defesa Civil, ou
- Inquérito Policial, ou
- Aviso de Sinistro em Seguradora do Ramo Autos, ou
- Outro documento que evidencie o acidente.

Diante do exposto, como a carência de provas documentais por parte dos órgãos governamentais acima não poderá implicar no não recebimento da indenização do seguro DPVAT, venho apresentar o rol de testemunhas abaixo, servindo como prova, conforme preceitua o Art. 212, III, do Código Civil Brasileiro, e, para tanto, me coloco a inteira disposição do controle fiscalizador da Seguradora Líder para a averiguação da verdade do que ora afirmo.

Código Civil Brasileiro

Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

(...)

III - testemunha;

Atenciosamente,

Panorama - RN, 13 de Janeiro de 2015
Sérgio da Silva Ranzana
 Declarante:

Antonio Eduardo Gonçalves de Ruada
 Test. 1:
 CPF: 074.97.704-80
Dr. Sérgio da Silva Ranzana
 Test. 2:
 CPF: 064.965.414-90

Nome: _____

DATA: 27 JAN. 2015

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

Nome: _____

28 JAN. 2015

COMPREV SEGUROS
E PREVIDÊNCIA S/A

Assinatura do Declarante: Diego da Silva Fennina

Local e Data: Panamunim 13.01.15

Por ser verdade, firmo-me.

Logradouro	Rua ACNE
(Rua/Avenida/Praça)	
Número	60
Apto / Complemento	
Bairro	Rosa dos Ventos
Cidade	Panamunim
Estado	RU
CEP	59141-265
Telefone de Contato	Contato: (84) 3206-3717
E-mail	(84) 9609-9481 SMSERVICOSRN@GMAIL.COM

Eu, Diego da Silva Fennina,
CPF nº 099.119.854-90, venho perante a este instrumento declarar que não
posso comprovar de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido
no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em
nome de terceiro:

Reg nº 05045507350 data de expedição 01/10/2014 Orgão Detran-RN

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA



[illegible]

Nome: _____
7 9 JAN 2015
COMPREV SEGUROS
E PREVIDÊNCIA S/A

DATE		TIME		COST		PERCENT		TOTAL	
1	10/10/70	10:00	10:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
2	10/10/70	10:30	11:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
3	10/10/70	11:00	11:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
4	10/10/70	11:30	12:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
5	10/10/70	12:00	12:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
6	10/10/70	12:30	13:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
7	10/10/70	13:00	13:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
8	10/10/70	13:30	14:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
9	10/10/70	14:00	14:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
10	10/10/70	14:30	15:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
11	10/10/70	15:00	15:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
12	10/10/70	15:30	16:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
13	10/10/70	16:00	16:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
14	10/10/70	16:30	17:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
15	10/10/70	17:00	17:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
16	10/10/70	17:30	18:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
17	10/10/70	18:00	18:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
18	10/10/70	18:30	19:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
19	10/10/70	19:00	19:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
20	10/10/70	19:30	20:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
21	10/10/70	20:00	20:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
22	10/10/70	20:30	21:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
23	10/10/70	21:00	21:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
24	10/10/70	21:30	22:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
25	10/10/70	22:00	22:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
26	10/10/70	22:30	23:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
27	10/10/70	23:00	23:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
28	10/10/70	23:30	00:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
29	10/10/70	00:00	00:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
30	10/10/70	00:30	01:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
31	10/10/70	01:00	01:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
32	10/10/70	01:30	02:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
33	10/10/70	02:00	02:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
34	10/10/70	02:30	03:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
35	10/10/70	03:00	03:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
36	10/10/70	03:30	04:00	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	
37	10/10/70	04:00	04:30	10.00	10.00	100.00	100.00	100.00	

[illegible]

cosern

Corporate Headquarters
One World Plaza, Suite 1000
New York, NY 10036-1000
Tel: 212 904-1000 Fax: 212 904-1001

Num. 3464002 - Pág. 9

PARECERES

ESPECIALISTA 1:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 2:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3:	HORA:	DATA:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

Assinatura e Carimbo do Responsável

SESAP MAT. Nº 15208721

NAT. BRN. 13/11/14

CONFERE COM ORIGINAL

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

OUTROS

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM) ...

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

L (LÍQUIDOS E ALIMENTOS INGERIDOS):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PREVIAS):

M (MEDICAÇÃO EM USO):

A (ALERGIAS):

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)



Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN

01/01/11

Dr. Marcos
12/12/2010

Nome:
27 JAN. 2015
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

543.1

Recibo com nome de
oi não foi questionado e
deu a RUA e nome do paciente.

Dr. Marcos



Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN

Nome: _____
27 JAN. 2015
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A



First cupo curto e pequeno
e comunique sobre o fato
frente ao que
foi o que aconteceu

Diário de Serviço



COM DUAS PELICULAS DE RX EXAMES LAB / AUDO DO SUS MEDICO CIENTE

COMPREV SEGUROS
E PREVIDÊNCIA S/A
7 7 JAN. 2015
Nome:

Assinatura: [] Paciente [] Responsável []

HOSPITAL MEMORANDUM
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tfno: 56032-020 Natal/RN
Confere com original
em 28/01/15

Declaro para fins de direito, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com o Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial.

Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga ao Hospital Memorial de Natal pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do débito, que autorizo seja acrescido de juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, se houver. A credora está autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de prestação de serviços.

Término de Responsabilidade

Responsavel:
Parentesco:

CPF: _____ RG: _____

Dados de Responsável

ENFERMARIA 212-B

Medico
DR. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO
CRM: 5621

CONVENIO: SUS ESTADUAL

Num. Interimonto	Entrada:	13/11/2014 10:25	Previsão saída:	15/11/2014 11:00	Atendente:	CLAUDIA
------------------	----------	------------------	-----------------	------------------	------------	---------

Pados do internamento

085510v.2

Perfilssão: Mãe: FRANCISCA GIRENE DA SILVA FERREIRA

Cidade : PARNAMIRIM

Endateco ACRE

Numl. RG:002663125 CPF: 099.119.854-90 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Sexo: Masculino Est.Civil: Solteiro(a)

Registro: 92484

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA.

Dados do Paciente

FIGURA DE INTERNAMENTO

Date: 13/11/2014 10:30

Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENIL LAMARINE, 879 - TIROL - NATAL - RN
Fone: (84) 3133-4100 - Fax: (84) 3182-1228
hmemorials@uol.com.br



Nome: _____

27 JAN. 2015

COMPREV SEGUROS

E PREVIDÊNCIA S/A

HOSPITAL MEMORIAL

AV. JUVENAL LAMARINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

AV. JUVENAL LAMARINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

CRM 55322-6 - CRM 55322-6

Em: _____

Assumo a responsabilidade pelo procedimento a que será submetido.

compreendeu todo o que expliquei.

Certifico que expliquei detalhadamente a este paciente, ou ao seu responsável, o procedimento, cirurgia, seus benefícios, riscos e suas alternativas, respondi satisfatoriamente todas as perguntas do paciente e acredito que o paciente / responsável

DEVE SER PREENCHIDO PELO MÉDICO

Assinatura: [x] Paciente [] Responsável

[] Responsável

Razão por que o paciente não assinou o presente Termo de Ciência e Consentimento e Responsabilização.

1. - Autorizo o(a) **Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO** a realizar o seguinte procedimento, tratamento ou cirurgia: **S7963** **TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA LUXAÇÃO ACROMIO-CL**
2. - O(a) **Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO**, explicou-me claramente a proposta do tratamento, oportunidade de fazer perguntas, e todas foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não existe garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos.
3. - Autorizo qualquer outro procedimento / tratamento, incluindo transfusão de sangue, em situações imprevistas que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente proposto.

TERMO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO

Responsável: _____

Parentesco: _____

CPF: _____

RG: _____

Dados do Responsável

Médico: **Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO** CRM: 5621

Convenção: **SUS ESTADUAL**

Num. Internamento: **13/11/2014 10:25** Entrada: **15/11/2014 11:00** Atendimento: **CLAUDIA F**

Matrícula/CNS: **160599155160005**

Dados do Internamento

Paciente: **DIEGO DA SILVA FERREIRA** Registro: **92484**

Num. RG: **002663125** CPF: **099.119.854-90** Nascimento: **17/06/1992** 22 anos Sexo: **Masculino** Est. Civil: **Solteiro(a)**

Endereço: **ACRE** N.: **60** Bairro: **ROSA DOS VENTOS** CEP: **59150000** Fone: **8491519807**

Cidade: **PARANAMIRIM** UF: **RN** Mãe: **FRANCISCA GIRLENE DA SILVA FERREIRA**

Dados do Paciente

Data: **13/11/2014 10:30**

Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228

hmemorial@veloxmail.com.br



Conduta:

Impressão geral:

Ap. Urinário e Ginecológico:

Ap. Locomotor e Neurológico:

Ap. digestivo:

Ap. endócrinas:

Estado geral:

Antecedentes familiares:

Antecedentes pessoais:

Interrogatório sobre doenças agudas:

História da Doença atual:

Procedência:

Tipo de atendimento:

Diagnóstico definitivo:

Data da Baixa: No. de US: Data de alta de hospitalização:

Data/Hora Alta:

Medicamentos:

Local de Responsabilidade:

Médico: Dr. MARCOS CABRAL FALCÃO REGO CRM: 5621

Convênio: SUS ESTADUAL

Num. Internamento: 1

Entrada: 15/11/2014 11:00 Previsão saída: 15/11/2014 11:00 Atendente: CLAUDIA F

Dados do Internamento:

Profissão:

Cidade: PARNAMIRIM

Endereço: ACRE

CEP: 59150000 Fone: 8491519807

Bairro: ROSA DOS VENTOS

Núm. RG: 002663125 CPF: 099.115.864.98 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Solteiro(a)

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Registro: 92484

Dados do Paciente

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 13/11/2014 10:30

Hospital Memorial de Natal
 AV. JUVENIL LAMARTINE 979 - TIROL - NATAL/RN
 Fone: 84 3234-2200 Fax: 84 3234-1228

HOSPITAL MEMORIAL
 77



AUTORIZAÇÃO		AUDITOR	
DATA	CRM	DATA	CRM
13/11/2014 10:50	5621	13/11/2014 10:50	5621
ASSINATURA DO MEDICO SOLICITANTE		ASSINATURA DO MEDICO SOLICITANTE	
<p>Nome: _____</p> <p>DATA: 27 JAN. 2015</p> <p>COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A</p>		<p>Nome: _____</p> <p>DATA: 27 JAN. 2015</p> <p>COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A</p>	
<p>JUSTIFICATIVA</p> <p>DURANTE O PROCEDIMENTO CIRURGICO FOI REALIZADO TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO ACROMIoclavicular (040801016-5) TENOPLASTIA TENDÃO CONJUNTO (040806047-6) E OSTECTOMIA 1/3 CISTAL DA CLAVICULA (040801010-0). E UTILIZADO O FIO DE KIRSCHNER 2.0MM</p>			
PROCEDIMENTO ANTERIOR		PROCEDIMENTO SOLICITANTE	
92484 - 1	DIEGO DA SILVA FERREIRA	92484 - 1	DIEGO DA SILVA FERREIRA
PACIENTE		PACIENTE	
10.867.687/0001-10 Hospital Memorial de Natal		10.867.687/0001-10 Hospital Memorial de Natal	
HOSPITAL		HOSPITAL	
<p>LAUDO MÉDICO PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS</p> <p>LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Mudança de Procedimento</p> <p><input type="checkbox"/> Dieta de U.T.I</p> <p><input type="checkbox"/> Dieta de Acompanhante</p> <p><input type="checkbox"/> Vacina Anti RH</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Prótese, Ortese</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Fatores de Coagulação</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Oxigenadores</p> <p><input type="checkbox"/> Nutrição Parenteral</p>			
<p>LAUDO MÉDICO PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS</p> <p>LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Mudança de Procedimento</p> <p><input type="checkbox"/> Dieta de U.T.I</p> <p><input type="checkbox"/> Dieta de Acompanhante</p> <p><input type="checkbox"/> Vacina Anti RH</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Prótese, Ortese</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Fatores de Coagulação</p> <p><input type="checkbox"/> Uso de Oxigenadores</p> <p><input type="checkbox"/> Nutrição Parenteral</p>			
<p>Registro-Internamento: 92484 - 1</p> <p>Leito Nº-ENFERMARIA 212-B</p> <p>Médico CRM - 5621 - MARCOS CABRAL FAGUNDES R</p>		<p>Ministério da Saúde</p> <p>Sistema Único de Saúde - SUS</p> <p>Prefeitura Municipal do Natal</p> <p>Secretaria Municipal de Saúde</p> <p>Hospital Memorial de Natal</p>	

Diego da Silva Ferreira



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO / AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

cod: 119823798

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNEA		3 - CNEB	
1 - ESTABELECIMENTO DO EXEDUANTE		4 - CNEB		5 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
6 - NOME DO PACIENTE		7 - DATA DE NASCIMENTO		8 - SEXO	
9 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL		10 - NOME DO PACIENTE		11 - NOME DO PACIENTE	
12 - ENDEREÇO (rua, nº)		13 - MUNICÍPIO		14 - BAIRRO	
15 - UF		16 - CEP		17 - LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS		19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)		20 - DIAGNÓSTICO INICIAL	
21 - CID INICIAL		22 - CID SECUNDÁRIO		23 - LAÇOS ASSOCIADOS	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO		25 - LETO / CLÍNICA		26 - CARACTER DA INTERNAÇÃO	
27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		28 - DT SOLICITAÇÃO		29 - CNEB / CNEF	
30 - CNEB / CNEF		31 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		32 - () ACIDENTE DE TRANSITO	
33 - CNPJ DA SEGURADORA		34 - Nº DO BILHETE		35 - BÔNUS	
36 - () ACID. TRABALHO TÍPICO		37 - CNPJ		38 -	
39 - () ACID. TRABALHO TÍPICO		40 -		41 - CID PRINCIPAL	
42 - CID SECUNDÁRIO		43 - () GRAVÍSSIMA		44 - CID PRINCIPAL	
45 - CID PRINCIPAL		46 - CID SECUNDÁRIO		47 - CID PRINCIPAL	
48 - CID SECUNDÁRIO		49 - CID PRINCIPAL		50 - CID SECUNDÁRIO	
51 - CID PRINCIPAL		52 - CID SECUNDÁRIO		53 - CID PRINCIPAL	
54 - CID SECUNDÁRIO		55 - CID PRINCIPAL		56 - CID SECUNDÁRIO	
57 - CID PRINCIPAL		58 - CID SECUNDÁRIO		59 - CID PRINCIPAL	
60 - CID SECUNDÁRIO		61 - CID PRINCIPAL		62 - CID SECUNDÁRIO	
63 - CID PRINCIPAL		64 - CID SECUNDÁRIO		65 - CID PRINCIPAL	
66 - CID SECUNDÁRIO		67 - CID PRINCIPAL		68 - CID SECUNDÁRIO	
69 - CID PRINCIPAL		70 - CID SECUNDÁRIO		71 - CID PRINCIPAL	
72 - CID SECUNDÁRIO		73 - CID PRINCIPAL		74 - CID SECUNDÁRIO	
75 - CID PRINCIPAL		76 - CID SECUNDÁRIO		77 - CID PRINCIPAL	
78 - CID SECUNDÁRIO		79 - CID PRINCIPAL		80 - CID SECUNDÁRIO	
81 - CID PRINCIPAL		82 - CID SECUNDÁRIO		83 - CID PRINCIPAL	
84 - CID SECUNDÁRIO		85 - CID PRINCIPAL		86 - CID SECUNDÁRIO	
87 - CID PRINCIPAL		88 - CID SECUNDÁRIO		89 - CID PRINCIPAL	
90 - CID SECUNDÁRIO		91 - CID PRINCIPAL		92 - CID SECUNDÁRIO	
93 - CID PRINCIPAL		94 - CID SECUNDÁRIO		95 - CID PRINCIPAL	
96 - CID SECUNDÁRIO		97 - CID PRINCIPAL		98 - CID SECUNDÁRIO	
99 - CID PRINCIPAL		100 - CID SECUNDÁRIO		101 - CID PRINCIPAL	
102 - CID SECUNDÁRIO		103 - CID PRINCIPAL		104 - CID SECUNDÁRIO	
105 - CID PRINCIPAL		106 - CID SECUNDÁRIO		107 - CID PRINCIPAL	
108 - CID SECUNDÁRIO		109 - CID PRINCIPAL		110 - CID SECUNDÁRIO	
111 - CID PRINCIPAL		112 - CID SECUNDÁRIO		113 - CID PRINCIPAL	
114 - CID SECUNDÁRIO		115 - CID PRINCIPAL		116 - CID SECUNDÁRIO	
117 - CID PRINCIPAL		118 - CID SECUNDÁRIO		119 - CID PRINCIPAL	
120 - CID SECUNDÁRIO		121 - CID PRINCIPAL		122 - CID SECUNDÁRIO	
123 - CID PRINCIPAL		124 - CID SECUNDÁRIO		125 - CID PRINCIPAL	
126 - CID SECUNDÁRIO		127 - CID PRINCIPAL		128 - CID SECUNDÁRIO	
129 - CID PRINCIPAL		130 - CID SECUNDÁRIO		131 - CID PRINCIPAL	
132 - CID SECUNDÁRIO		133 - CID PRINCIPAL		134 - CID SECUNDÁRIO	
135 - CID PRINCIPAL		136 - CID SECUNDÁRIO		137 - CID PRINCIPAL	
138 - CID SECUNDÁRIO		139 - CID PRINCIPAL		140 - CID SECUNDÁRIO	
141 - CID PRINCIPAL		142 - CID SECUNDÁRIO		143 - CID PRINCIPAL	
144 - CID SECUNDÁRIO		145 - CID PRINCIPAL		146 - CID SECUNDÁRIO	
147 - CID PRINCIPAL		148 - CID SECUNDÁRIO		149 - CID PRINCIPAL	
150 - CID SECUNDÁRIO		151 - CID PRINCIPAL		152 - CID SECUNDÁRIO	
153 - CID PRINCIPAL		154 - CID SECUNDÁRIO		155 - CID PRINCIPAL	
156 - CID SECUNDÁRIO		157 - CID PRINCIPAL		158 - CID SECUNDÁRIO	
159 - CID PRINCIPAL		160 - CID SECUNDÁRIO		161 - CID PRINCIPAL	
162 - CID SECUNDÁRIO		163 - CID PRINCIPAL		164 - CID SECUNDÁRIO	
165 - CID PRINCIPAL		166 - CID SECUNDÁRIO		167 - CID PRINCIPAL	
168 - CID SECUNDÁRIO		169 - CID PRINCIPAL		170 - CID SECUNDÁRIO	
171 - CID PRINCIPAL		172 - CID SECUNDÁRIO		173 - CID PRINCIPAL	
174 - CID SECUNDÁRIO		175 - CID PRINCIPAL		176 - CID SECUNDÁRIO	
177 - CID PRINCIPAL		178 - CID SECUNDÁRIO		179 - CID PRINCIPAL	
180 - CID SECUNDÁRIO		181 - CID PRINCIPAL		182 - CID SECUNDÁRIO	
183 - CID PRINCIPAL		184 - CID SECUNDÁRIO		185 - CID PRINCIPAL	
186 - CID SECUNDÁRIO		187 - CID PRINCIPAL		188 - CID SECUNDÁRIO	
189 - CID PRINCIPAL		190 - CID SECUNDÁRIO		191 - CID PRINCIPAL	
192 - CID SECUNDÁRIO		193 - CID PRINCIPAL		194 - CID SECUNDÁRIO	
195 - CID PRINCIPAL		196 - CID SECUNDÁRIO		197 - CID PRINCIPAL	
198 - CID SECUNDÁRIO		199 - CID PRINCIPAL		200 - CID SECUNDÁRIO	

ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NOSSO.

CONSULTAS > AIN GERADA

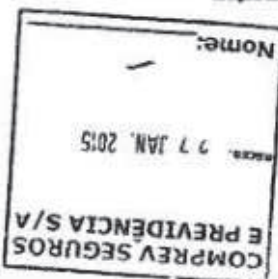
Código 119823798
N. AIN 241410062983-1

Unidade Solitante: HOSPITAL MEMORIAL
Unidade Executora: HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro: AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL
Município Regulator: NATAL
Data de Solicitação: 12.11.2014 - 12:09:11
Data de Autorização: 13.11.2014 - 09:44:02
Data de Reserva: 13.11.2014
Data de Intermediação: 13.11.2014
Data Prevista de Alta: 14.11.2014
Data de Alta: 14.11.2014 - 01:35:33
Motivo da Alta: 1.9 ALTA POR OUTROS MOTIVOS

Sexo: Masculino
Telefone: 160599155160005

Naturalidade: NATAL - RN
UF: RN
CEP: 5408010155

Telefone do Responsável



Clinica Complementar

Nenhuma
Código: 0408010155

HOSPITAL MEMORIAL
AV JUVENAL LAMARTINE, 979
TIROL - 5022-020 Natal/RN
Em: 06/29/2015
Data: 06/29/2015
Compro com original

Assinatura e Carimbo do Médico Regulator (autorizador)

TRT CIRURGICO PACTE ORIVUNDO DO WALFREDO GURGEL

Condições que Justificam a Internação:

EXAME FÍSICO E RX

Principais Resultados de Provas Diagnósticas:

TRATAMENTO EM QUANTO E

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR

Procedimento Solicitado:

ESPEC - CIRURGICO - ORTOFEDOTRAUMATOLOGIA

Clinica:

11 - Urgencia

Caráter

ACURCIO - urgencia, atendimento o mais rápido possível.

Classificação de Risco

LUXACAO DA ARTICULACAO ACROMIOCLAVICULAR - 0431

Exame físico final - CID:

01203172494

CNP do Médico Executora:

01203172494

CNP do Médico Solitante:

Nome do Médico Solitante:

MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO

Nome do Médico Executora:

MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO

Nome do Responsável

PARANAHIM

Município

Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro

FRANCISCA GILFENE DA SILVA FERREIRA

Nome da Mãe

17.06.1992

Data de Nascimento:

DIEGO DA SILVA FERREIRA

Nome do Paciente

Não informado

Unidade Referência:

Unidade Referência

CONSULTA HOSP>SOLICITAÇÕES

Código 119823758



Unidade Solicitante:	HOSPITAL MEMORIAL	Unidade Executora:	HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro	AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL	Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro	HOSPITAL MEMORIAL
Município Regulador	NATAL	Município	NATAL
Data de Solicitação	12.11.2014 - 12:09:11	Operador	03282959494PPC
Data de Autenticação	13/11/2014 - 09:44:02	Operador	16626640434ENILDA
Data de Reserva	13.11.2014	Operador	16626640434ENILDA
Data Prevista de Alta	14.11.2014	Operador	16626640434ENILDA
Nome do Paciente	DIEGO DA SILVA FERREIRA	Nome do Paciente	DIEGO DA SILVA FERREIRA
Data de Nascimento	17.06.1992	Nome da Mãe	FRANCISCA GILNE DA SILVA FERREIRA
Sexo:	Masculino	Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro	PARANAHIRIM
Nome do Responsável	PARANAHIRIM	Município	PARANAHIRIM
CPF do Médico Solicitante:	01201172494	Nome do Médico Solicitante:	MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO
Diagnóstico Inicial - CID:	LUXACAO DA ARTICULACAO ACROMIOCLAVICULAR - S431	Classificação de Risco	4 - MAPELO - urgência, atendimento o mais rápido possível.
Clínica:	ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA	Procedimento Solicitado:	TATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRACTURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR 0408010185
Principais Sinais e Sintomas Clínicos:	TRAUMA EM OMBRO E	Principais Resultados de Provas Diagnósticas:	EXAME FISICO E RX
Condições que Justificam a Internação:	TIPO CIRURGICO PACTE ORJUNDO DO WALFREDO GURGEL	Assinatura e Carimbo do Médico Regulador (autorizador):	

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979
CONFIO 03282959494PPC
Em 10/09/2015 20:45:43
CPF 16626640434ENILDA

FINAL ANESTESIA:	12:00	FINAL ANESTESIA:	12:00
INICIO ANESTESIA:	11:00	INICIO ANESTESIA:	11:00
DATA:	13.11.2014	DATA:	13.11.2014
ANESTESIOLOGISTA:	CRM: 1904	ANESTESIOLOGISTA:	CRM: 1904

ANOTAÇÕES

[illegible]

DESCRICAÇÃO	QUANTIDADE
Oxímetro	5 m
Cardioscópio	5 m
Capnógrafo	
DESCRICAÇÃO	QUANTIDADE
Oxigênio Líquido	20 l/min
Protóxido Líquido	

Interocorências

COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A	06/01/2015	Nome:
--------------------------------------	------------	-------

[illegible]

TECNICA ANESTÉSICA

PRE-ANESTHESIC:

RELATÓRIO ANESTESIA

Intoxicação Alimentar - Clivado 2º grau

Reg 92484

Nome Dr. Silva

Apito

Cirurgia Realizada Laparoscopia de Hérnia e Fístula + Fístula e Dificuldade

DATA 31/03/2019

INICIO 11:00 HS

TERMINO 12:00 HS

CRM

CICME

BOLEIM DE SALA

BOLO CIRURGICO

Equip

Nome

CRM

CICME

Cirurgia

Pequena

Medica

Grande

Intensiva

Observações:

1. Fístula de 1 cm, com saída de conteúdo fecal, localizando-se no antro e intestino delgado.

2. Hérnia de 3 cm, com conteúdo intestinal, localizando-se no antro e intestino delgado.

3. Lesão no antro, com saída de conteúdo fecal, localizando-se no antro e intestino delgado.

4. Lesão no antro, com saída de conteúdo fecal, localizando-se no antro e intestino delgado.

5. Lesão no antro, com saída de conteúdo fecal, localizando-se no antro e intestino delgado.

COD	DESCRICAO	UNID	QUANT	COD	DESCRICAO	UNID	QUANT
000001	Medicamentos			000001	Medicamentos		
000002	Medicamentos			000002	Medicamentos		
000003	Medicamentos			000003	Medicamentos		
000004	Medicamentos			000004	Medicamentos		
000005	Medicamentos			000005	Medicamentos		
000006	Medicamentos			000006	Medicamentos		
000007	Medicamentos			000007	Medicamentos		
000008	Medicamentos			000008	Medicamentos		
000009	Medicamentos			000009	Medicamentos		
000010	Medicamentos			000010	Medicamentos		
000011	Medicamentos			000011	Medicamentos		
000012	Medicamentos			000012	Medicamentos		
000013	Medicamentos			000013	Medicamentos		
000014	Medicamentos			000014	Medicamentos		
000015	Medicamentos			000015	Medicamentos		
000016	Medicamentos			000016	Medicamentos		
000017	Medicamentos			000017	Medicamentos		
000018	Medicamentos			000018	Medicamentos		
000019	Medicamentos			000019	Medicamentos		
000020	Medicamentos			000020	Medicamentos		
000021	Medicamentos			000021	Medicamentos		
000022	Medicamentos			000022	Medicamentos		
000023	Medicamentos			000023	Medicamentos		
000024	Medicamentos			000024	Medicamentos		
000025	Medicamentos			000025	Medicamentos		
000026	Medicamentos			000026	Medicamentos		
000027	Medicamentos			000027	Medicamentos		
000028	Medicamentos			000028	Medicamentos		
000029	Medicamentos			000029	Medicamentos		
000030	Medicamentos			000030	Medicamentos		
000031	Medicamentos			000031	Medicamentos		
000032	Medicamentos			000032	Medicamentos		
000033	Medicamentos			000033	Medicamentos		
000034	Medicamentos			000034	Medicamentos		
000035	Medicamentos			000035	Medicamentos		
000036	Medicamentos			000036	Medicamentos		
000037	Medicamentos			000037	Medicamentos		
000038	Medicamentos			000038	Medicamentos		
000039	Medicamentos			000039	Medicamentos		
000040	Medicamentos			000040	Medicamentos		
000041	Medicamentos			000041	Medicamentos		
000042	Medicamentos			000042	Medicamentos		
000043	Medicamentos			000043	Medicamentos		
000044	Medicamentos			000044	Medicamentos		
000045	Medicamentos			000045	Medicamentos		
000046	Medicamentos			000046	Medicamentos		
000047	Medicamentos			000047	Medicamentos		
000048	Medicamentos			000048	Medicamentos		
000049	Medicamentos			000049	Medicamentos		
000050	Medicamentos			000050	Medicamentos		
000051	Medicamentos			000051	Medicamentos		
000052	Medicamentos			000052	Medicamentos		
000053	Medicamentos			000053	Medicamentos		
000054	Medicamentos			000054	Medicamentos		
000055	Medicamentos			000055	Medicamentos		
000056	Medicamentos			000056	Medicamentos		
000057	Medicamentos			000057	Medicamentos		
000058	Medicamentos			000058	Medicamentos		
000059	Medicamentos			000059	Medicamentos		
000060	Medicamentos			000060	Medicamentos		
000061	Medicamentos			000061	Medicamentos		
000062	Medicamentos			000062	Medicamentos		
000063	Medicamentos			000063	Medicamentos		
000064	Medicamentos			000064	Medicamentos		
000065	Medicamentos			000065	Medicamentos		
000066	Medicamentos			000066	Medicamentos		
000067	Medicamentos			000067	Medicamentos		
000068	Medicamentos			000068	Medicamentos		
000069	Medicamentos			000069	Medicamentos		
000070	Medicamentos			000070	Medicamentos		
000071	Medicamentos			000071	Medicamentos		
000072	Medicamentos			000072	Medicamentos		
000073	Medicamentos			000073	Medicamentos		
000074	Medicamentos			000074	Medicamentos		
000075	Medicamentos			000075	Medicamentos		
000076	Medicamentos			000076	Medicamentos		
000077	Medicamentos			000077	Medicamentos		
000078	Medicamentos			000078	Medicamentos		
000079	Medicamentos			000079	Medicamentos		
000080	Medicamentos			000080	Medicamentos		
000081	Medicamentos			000081	Medicamentos		
000082	Medicamentos			000082	Medicamentos		
000083	Medicamentos			000083	Medicamentos		
000084	Medicamentos			000084	Medicamentos		
000085	Medicamentos			000085	Medicamentos		
000086	Medicamentos			000086	Medicamentos		
000087	Medicamentos			000087	Medicamentos		
000088	Medicamentos			000088	Medicamentos		
000089	Medicamentos			000089	Medicamentos		
000090	Medicamentos			000090	Medicamentos		
000091	Medicamentos			000091	Medicamentos		
000092	Medicamentos			000092	Medicamentos		
000093	Medicamentos			000093	Medicamentos		
000094	Medicamentos			000094	Medicamentos		
000095	Medicamentos			000095	Medicamentos		
000096	Medicamentos			000096	Medicamentos		
000097	Medicamentos			000097	Medicamentos		
000098	Medicamentos			000098	Medicamentos		
000099	Medicamentos			000099	Medicamentos		
000100	Medicamentos			000100	Medicamentos		

HOSPITAL MEMORIAL
 AV. JUVENAL LAMARTINE, 979
 TIROL - 59022-020 Natal/RN
 Contato: 6071 019841
 Em: /

ERICA FIDELIS DOS SANTOS
 COREN - 617697

Erica

Nome: _____

27 JAN. 2015

COMPREV SEGUROS
 E PREVIDÊNCIA S/A

Potencial de Contaminação: Limpa

CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

Intervenções / Observações:
 PACIENTE ADMITIDO EM SALA CIRURGICA CONSCIENTE E ORIENTADO, PULSIONADO JELCO N:20 COM EXITO
 VIABILIZADO S.F. A 0,9%, O MESMA NEGA ALERGIAS MEDICAMENTOSAS, HIPERTENSÃO E DIABETES. PROCEDIMENTO
 REALIZADO COM EXITO E SEM INTERCORRENCIAS E O MESMO ENCAMINHADO AO CRO AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE
 ENFERMAGEM.

Medicação administrada:

Antibiótico profilático: Ketazol

Infusão: NÃO

Monitoração correta: SIM

Tem material para biópsia/cultura: NÃO

Tipo curativo: LIMPO

Instrumentador: MAYARA

Cirurgião: ERICA FIDELIS

Tipo: LUXAÇÃO ACROMIO CLAVICULAR

Cirurgião: D. MARCOS

Tipo: BLOQUEIO PLEXO MSE

Anestesiologista: D. GILVAN

DURANTE E APÓS O ATO CIRÚRGICO

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Registro: 92484 IH: 1 Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA Interação: 13/11/2014 10:25:29 Leto: ENFERMARIA 212-B

Dados do Paciente

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Data: 13/11/2014 12:37

Hospital Memorial de Natal
 AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
 Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1208 - Email: memorial@hospital.com.br



HOSPITAL MEMORIAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Tiro: 5102-1228 - Natal/RN
Confirmação original
Em: / /

HOSPITAL MEMORIAL AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228 - Email: hmemorial@hmemorial.com.br	
PROTÓCOLO DE CIRURGIA SEGURA	
Data: 13/11/2014 12:38	
Dados do Paciente	
Registro: 92484	Id: 1
Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA	
Nascimento: 17/06/1992 22 anos	
Intimação: 13/11/2014 10:25:29	
Leito: ENFERMARIA 212-B	
ANTES DO ATO CIRÚRGICO	
Observações:	
PACIENTE ADMITIDO NO CC PRA REALIZAR CIRURGIA DE LUXAÇÃO ACROMIO CLAVICULAR, CONSCIENTE, NEGA HAS+DM E ALERGIA E SEQUE AOS CUIDADOS	
Doença pré-existente: NÃO	
Ha reserva sanguínea: NÃO	
Exame Laboratorial: SIM	
Risco Cirúrgico: NÃO	
Alergias (medicamentos, lodo, esparadrapo): NÃO	
Outros Exames:	
Assinatura Responsável: _____	
SRPA	
Nível consciência: CONSCIENTE	
Oxigenoterapia: O2 AMBIENTE	
Tremores: NÃO	
Sudorese: NÃO	
Palidez: NÃO	
Aclantico: NÃO	
Diurese: NÃO	
Razo X de Controle: NÃO	
Hipotensão: NÃO	
Acesso venoso: SIM	
Medicação administradas:	
Encaminhamento:	
PACIENTE ENCAMINHADO AO LEITO, CONSCIENTE, NA HVP, COM CURATIVO LIMPO E OCLUIDO ACOMPANHADO PELO MAQUEIRO	
Assinatura Responsável: _____	



Hospital Memorial de Natal

Prescrição Médica

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA
 Prontuário: Registro: 92484
 Endereço: ACRE - ROSA DOS VENTOS - PARNAMIRIM - RN

Unid.: POSTO II
 Leito: ENFERMARIA 212-B

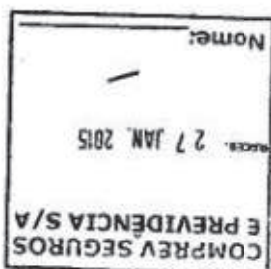
Convênio: SUS ESTADUAL
 Admissão: 13/11/14 10:25
 Telefone: 2491519807

14/11/2014 10:50	Periódica	Qt	Controle
1) ALTA HOSPITALAR, Pela manhã			

13/11/2014 10:50

Dr. MARCOS CARVAL FAGUNDES REGO
 CRM 5621

HOSPITAL MEMORIAL
 Av. Juvenal Lamartine, 979
 Titulo: 022-020 Natal/RN
 Em: Contato com cliente



Hospital Memorial de Natal

Prescrição Médica

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA
 Prontuário: Registro: 92484
 Endereço: ACRE - ROSA DOS VENTOS - PARNAMIRIM - RN

Unid: POSTO II
 Leito: ENFERMARIA 212-B

Convênio: SUS ESTADUAL
 Admissão: 13/11/14 10:25
 Telefone: 8491519807

13/11/2014 10:50 Período: Solic.: 114.72993 QI

Controle

- 1) DIETA HIPOSSÓDICA, Conforme SNO
- 2) DIPIRONA 500MG/2ML INJ (NOVALGINA)
 Uso: 1 ampola, via endovenosa, 06 em 06 horas. *4 Amps 24h (12)*
- 3) METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML (PLASIL)
 Uso: 1 ampola, via endovenosa, 08 em 08 horas A critério médico. *4 Amps 32h (12)*
- 4) CEFALOTINA 1G FA
 Uso: 1 ampola, via endovenosa, 06 em 06 horas. *4 Amps 24h (12)*
- 5) SORO FISIOLÓGICO 0.9% 1000ML
 Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, Ao dia. *1500 500*
- 6) TRAMADOL CLORIDRATO 100MG INJ (TRAMAL B)
 Uso: 1 ampola, via endovenosa, 08 em 08 horas. *200mg (12)*
- 7) SINAIS VITAIS (SSV + CCGG), 06 em 06 horas
- 8) NEGATIVO, Ao dia

TIC9) TIPOIA, Ao dia

Controle

Em

Dr. MARCOS CABRAL FAGUNDES REGO
 CRM 5621

Solic.: 13/11/2014 15:40



REGISTRO DIÁRIO DE ENFERMAGEM

Data: 14/11/2014 10:37

Dados do Paciente

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Registro: 92484 Nº Internação: 1

Nascimento: 17/06/1992 22 anos Data Internação: 13/11/2014 10:25:29 Leito: ENFERMARIA 212-B

ESTADO GERAL

Consciente

Corado

Respirativo

Acidótico

Eliminac. Vesicais

SINAIS VITAIS

Press. Arterial: 110x70

ACCESSO VENOSO

Selecione uma opção

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Nome: _____
Data: 27 JAN. 2015
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

HOSPITAL MEMORIAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
FONE: (51) 3131-4200 / FAX: (51) 3102-1228
hmemorial@vix.br

COREN: 837753
DANIEL BERNARDO DO NASCIMENTO SILVA

14/11/2014 09:25:29

ACOMPANHADO DE FAMILIARES
PACIENTE EM PSO DE TRATAMENTO CIRURGICO DE CLAVICULA, HIGIENIZADO, RECEBEU VISITA IEMDICA E SAIU COM ORIENTACOES MEDICAS E

[Assinatura]

COREN: 435455
ELIAGABRIEL

14/11/2014 20:25:29

PAC. EM POS DE FRATURA DE ACROMIO CLAVICULAR NA MV. COM ESG. DE ATB. NO LETO AFERIDO SSV. SEQUE AOS CUIDADO DA ENF.

ESTADO GERAL

Consciente

Corado

Respirativo

Acidótico

Eliminac. Vesicais

SINAIS VITAIS

Press. Arterial: 110x70

ACCESSO VENOSO

Selecione uma opção

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

Respiração: 20

SEM QUEIXAS

QUEIXAS DO PACIENTE

Eliminac. Intestinais:

Obs.

DIETA

Oral

Acetia Total

Temperatura: 36,6

13/11/2014 15:25:03
COREN - 871530
JOSIVANIA FRANCISCA DA SILVA

Josivania

HOSPITAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 579 - TIROL - NATAL/RN
FONE: (84) 3133-4200 / FAX: (84) 3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

PACIENTE ADMITIDO NESTE SETOR EM POS OPERATORIO IMEDIATO DE FRATURA DE ACROMIO CLAVICULAR, NA HIDRATACAO VENOSA PERIFERICA COMUNICADO A NUTRICAO, SEGUE EM REPOUSO LITO SEM INTERFERENCIAS AOS CUIDADOS PAQUETE DE ENFERMAGEM

Observações Gerais: Documentação e Exames: Espontâneo:

DIURESE Sonda:

Observações: Tipo: X: Oral

DIETA Sonda Nasogástrica

Local: Sonda Nadoentel

Tipo: X: Aceita

ACESSO VENOSO Dor

Hipertensão Edema Temperatura:

Integridade da Pele PELE INTEGRAL

Alérgias Medicamentosas NEGA

NEGA

Doenças Clínicas

ANAMNESE

Temperatura: 36,0°C

Pressão Arterial: 130X70

Pulso: 78

Respiração: 20

Uso de Medicamentos: NEGA

Resíduo ao leito

X: Sem Auxílio

Deambulação

Observações:

X: Com Auxílio

Sem Auxílio

Higiene

Observações:

ESTADO GERAL

X: Consciente

X: Responsivo

X: Satisfatório

X: Clítico

X: Acritico

Observações:

Máscara de Venturi

X: O2 Ambiente

Respiração

Hipocorado

X: Corado

inconsistente

X: Consciente

X: Responsivo

X: Satisfatório

Observações:

PROCEDÊNCIA

PACIENTE PROVENIENTE DO CENTRO CIRURGICO EM POS OPERATORIO IMEDIATO DE FRATURA DE LUXACAO ACROMIO CLAVICULAR AOS CUIDADOS DO DR. MARCOS

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Nascimento: 17/6/1992 (22 anos

acompanhante:

Data internação: 13/11/2014 10:25:29

Registro: 92484

Nº internação: 1

Dados do Paciente

REGISTRO DE ENFERMAGEM - ADMISSÃO

HOSPITAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 579 - TIROL - NATAL/RN
FONE: (84) 3133-4200 / FAX: (84) 3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

HOSPITAL MEMORIAL
AV. Juvenal Lamartine, 979
Tiorol - Santa Catarina, 879
Conf. Original
Em: _____

Nome: _____
27 JAN. 2015
COMPREV SEGUROS
E PREVIDÊNCIA S/A

ADRIANA DE QUEIROZ XAVIER
14/11/2014 07:40:04
CRN - 2257

(Handwritten signature)

PACIENTE ACEITA ALIMENTAÇÃO LIVRE. FUNÇÕES ELIMINATORIAS NORMAIS. RECEBEU ALTA HOSPITALAR.

INDICAÇÕES NUTRICIONAIS

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA
Nascimento: 17/06/1992 (22 anos Data Internação: 13/11/2014 10:25:29
Registro: 92484 Num. Internação: 1
Leito: ENFERMARIA 212-B

Dados do Paciente

EVOLUÇÃO NUTRICIONISTA - ADMISSÃO

Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIOROL - NATAL/RN
Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228
hmemorial@vivo.com.br



HOSPITAL MEMORIAL
 Av. Juv. L. Martins, 979
 Tiroi/SC
 Em
HOSPITAL
 Av. Juv. L. Martins, 979
 Tiroi/SC
 Em
CONFIRMAR
 Av. Juv. L. Martins, 979
 Tiroi/SC
 Em

13/11/2014 13:58:27
 CRN - 2257
 ADRIANA DE QUEIROZ XAVIER

ADRIANA DE QUEIROZ XAVIER
 CRN - 2257
 13/11/2014 13:58:27

PACIENTE É HIPERTENSA FUNÇÕES ELIMINATÓRIAS NORMAIS RECEBERÁ DIETA HIPOSSÓDICA

INDICAÇÕES NUTRICIONAIS:

Paciente: DIEGO DA SILVA FERREIRA
 Nascimento: 17/06/1992 22 anos Data Internação: 13/11/2014 10:25:29 Leito: ENFERMARIA 212-B

Registro: 92484 Num. Internação: 1

Dados do Paciente

EVOLUÇÃO NUTRICIONISTA - ADMISSÃO

Hospital Memorial de Natal
 Av. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
 Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228
 hmemorial@revjournal.com.br

HOSPITAL MEMORIAL
 Av. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
 Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228
 hmemorial@revjournal.com.br



DR. GLAUCO ANTONIO LEMOS DE MACEDO
CRM/RN - 3019
CIRURGIÃO GERAL

NATAL, 15 DE JANEIRO DE 2015

Nome:	
Assinatura:	27 JAN. 2015
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	

PACIENTE, DIEGO DA SILVA FERREIRA, VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO, EM 01/11/2014, DE ACORDO COM BOLETIM HOSPITALAR PACIENTE SOFREU LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR ESQUERDA, CID: S43.0, SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO, IMOBILIZAÇÃO E SINTOMÁTICO. PACIENTE APRESENTA-SE DOR RESIDUAL, LIMITAÇÃO NA ABDUÇÃO DO OMBRO ESQUERDO COM DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR PELA DOR.

LAUDO MÉDICO

DR. GLAUCO ANTONIO LEMOS DE MACEDO
CRM/RN 3019 CPF - 357.652.324/34



19

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

Comprovante emitido às: 09:36:02: do dia 20/01/2015 (hora e data de Brasília).
 Código de controle do comprovante: 2496.0B38.D07D.784B
 A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da
 Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Dígito Verificador: 00

Situação Cadastral: REGULAR

Nome da Pessoa Física: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Nº do CPF: 099.119.854-90

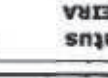
Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
 Comprovante de Situação Cadastral no CPF



Comprovante de Inscrição no CPF

<http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/C>


21

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS Comitês do Seguro DPVAT Seguradora Líder dos		Número do Sinistro: 3150070605																																													
QUALIFICAÇÃO DO EVENTO		Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA CPF: 099.119.854-90 CPF de Próprio: CPF de: Próprio Seguradora: COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A																																													
Data do Acidente: 01/11/2014 Titular do CPF: DIEGO DA SILVA FERREIRA		DOCUMENTOS DO SINISTRO																																													
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 30%;">Documento</th> <th style="width: 20%;">Status</th> <th style="width: 20%;">Motivo</th> <th style="width: 30%;">Comentário</th> </tr> <tr> <td>Boletim de ocorrência</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Certidão de casamento</td> <td>Dispensado</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Certidão de inexistência de IML</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Certidão de nascimento</td> <td>Dispensado</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Comprovação de ato declaratório</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Documentação médico-hospitalar</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Documentos de identificação</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>DUT</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lauda do IML - Lesões corporais</td> <td>Dispensado</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>Entregue</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	Documento	Status	Motivo	Comentário	Boletim de ocorrência	Entregue			Certidão de casamento	Dispensado			Certidão de inexistência de IML	Entregue			Certidão de nascimento	Dispensado			Comprovação de ato declaratório	Entregue			Documentação médico-hospitalar	Entregue			Documentos de identificação	Entregue			DUT	Entregue			Lauda do IML - Lesões corporais	Dispensado			Outros	Entregue			 OUTROS 1004054		
Documento	Status	Motivo	Comentário																																												
Boletim de ocorrência	Entregue																																														
Certidão de casamento	Dispensado																																														
Certidão de inexistência de IML	Entregue																																														
Certidão de nascimento	Dispensado																																														
Comprovação de ato declaratório	Entregue																																														
Documentação médico-hospitalar	Entregue																																														
Documentos de identificação	Entregue																																														
DUT	Entregue																																														
Lauda do IML - Lesões corporais	Dispensado																																														
Outros	Entregue																																														
PROTOCOLOS																																															

Documento	Status	Motivo	Comentário
Alvará judicial	Dispensado		
Autorização de pagamento	Entregue		
Comprovante de residência	Entregue		

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0211304.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue	Responsável pelo recebimento na seguradora
-----------------------------------	--

Nome: DIEGO DA SILVA FERREIRA CPF: 099.119.854-90	Nome: Monica Elida Coelho CPF: 124.372.237-11
--	--

Data: 27/01/2015 09:42

DIEGO DA SILVA FERREIRA

<https://sisdpvatinistros.seguradotalder.com.br/sinistre>



Data de emissão deste aviso provisório: 22/01/2015

Aviso do sinistro provido por insuficiência na documentação mínima para o seu cadastramento total. Os documentos ora protocolados no anexo, ficarão aguardando os demais necessários à continuidade da regularização do sinistro.

<p>Nome: DIEGO DA SILVA FERREIRA</p> <p>Telefone:</p> <p>Celular:</p>			
CONTATO			
Nenhum documento de beneficiário entregue.			
DOCUMENTOS BENEFICIÁRIO			
Documento	Data	Status	Observação
Boletim de ocorrência	22/01/2015	Entregue	
DOCUMENTOS SINISTRO			
Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA	Dependência: 0091	Data de Nascimento: 17/06/1992	
Seguradora: COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	CPF de: Próprio	Data do Sinistro: 01/11/2014	
CPF da Vítima: 099.119.854-90	Titular do CPF: DIEGO DA SILVA FERREIRA		
QUALIFICAÇÃO DO EVENTO			
Número do Protocolo: ASP-017687/2015		Natureza: Invalidez	
SINISTRO			

Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguro DPVAT

PROTOCOLO DE AVISO PROVISÓRIO



23

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS			
SINISTRO Número do Sinistro: 3150070605 QUALIFICAÇÃO DO EVENTO Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA CPF: 099.119.854-90 CPF de: Próprio Titular do CPF: DIEGO DA SILVA FERREIRA Data do Acidente: 01/11/2014 Seguradora: COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A			
DOCUMENTOS DAS PESSOAS			
Documento	Status	Motivo	Comentário
BENEFICIÁRIO - DIEGO DA SILVA FERREIRA Comprovante de residência Entregue			
ATENÇÃO: - O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dprivaseguro.com.br ou ligue 0800-0221204. - A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74. Documentação recebida sem conferência.			
Portador da documentação entregue		Responsável pelo recebimento na seguradora	
Data: 28/01/2015 Nome: DIEGO DA SILVA FERREIRA CPF: 099.119.854-90		Data: 28/01/2015 09:44 Nome: Monica Edla Coelho CPF: 124.372.237-11	
DIEGO DA SILVA FERREIRA		Monica Edla Coelho	

<https://sisdpvatsinistros.seguradoralider.com.br/sinistro>

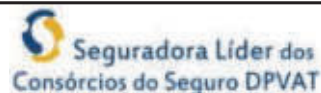


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - RN 9007/0838 Nº 010618719790 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
EXERCÍCIO 2014	DATA 16/09/2014
PLACA 00183568583	RENAN 00183568583
NOME JOAQUIM MARCELINO DA SILVA	
CPF/CNPJ 595.218.804-49	PLACA 30995039
CHASSI 98015849AA6397383	CHASSI 98015849AA6397383
PASSEIPE/AUTOMOTIVO/NAO AUTOMOTIVO FIAT/UNO MILLE BAY 2009	COMBUSTÍVEL ALCOOL-GASOL
MARCA/MODELO FIAT/UNO MILLE BAY 2009	ANO MOD. 2009
CATEGORIA PARTICULAR	COM REGISTRO VERDE
COTA ÚNICA R\$ 0.00	VENC. COTA ÚNICA 16/09/2014
PARCELAMENTO / COTAS 1º PAGO	2º PAGO
3º PAGO	DATA DE PAGAMENTO
PREMIO TARIFARIO (R\$) R\$ 108.632,38	PREMIO TOTAL (R\$) R\$ 108.632,38
TAXAS DETRAN R\$ 138,53	DPVAT PAGO
OBSERVAÇÕES ALIM. FID. EM FAVOR DE: 01.149-553/0001-89 BY FIDIANEIRA S.A. CRES. FINE E INVEST MOTOR/1561011-9742532	
PARANTILH/RN 16/09/2014	

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE MARCHA REGISTRE OUL POR SUA CARGA PESSOA	
RN Nº 010618719790 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.dpvatsegurodotransito.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
EXERCÍCIO 2014	DATA EMISSÃO 16/09/2014
PLACA 30995039	PLACA 30995039
RENAN 00183568583	RENAN 00183568583
CHASSI 98015849AA6397383	CHASSI 98015849AA6397383
PASSEIPE/AUTOMOTIVO/NAO AUTOMOTIVO FIAT/UNO MILLE BAY 2009	COMBUSTÍVEL ALCOOL-GASOL
MARCA/MODELO FIAT/UNO MILLE BAY 2009	ANO MOD. 2009
CATEGORIA PARTICULAR	COM REGISTRO VERDE
COTA ÚNICA R\$ 0.00	VENC. COTA ÚNICA 16/09/2014
PARCELAMENTO / COTAS 1º PAGO	2º PAGO
3º PAGO	DATA DE PAGAMENTO
PREMIO TARIFARIO (R\$) R\$ 108.632,38	PREMIO TOTAL (R\$) R\$ 108.632,38
TAXAS DETRAN R\$ 138,53	DPVAT PAGO
OBSERVAÇÕES ALIM. FID. EM FAVOR DE: 01.149-553/0001-89 BY FIDIANEIRA S.A. CRES. FINE E INVEST MOTOR/1561011-9742532	
PARANTILH/RN 16/09/2014	

COMPREV SEGUROS
E PREVIDENCIA S/A
27 JAN. 2015
Nome:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3150070605 **Cidade:** São José de Mipibu **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA **Data do acidente:** 01/11/2014 **Seguradora:** COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 09/02/2015

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA

Nome do médico: RAFAEL OLIVEIRA SANTOS

CRM do médico: 52.90638-7

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150070605 **Cidade:** São José de Mipibu **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA **Data do acidente:** 01/11/2014 **Seguradora:** COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER

Diagnóstico: TRAUMA NO OMBRO ESQUERDO COM LUXAÇÃO ACRÔMIO -CLAVICULAR ESQUERDA.

Descrição do exame médico pericial: VÍTIMA EM TRATAMENTO.

Resultados terapêuticos: REALIZADO REDUÇÃO CIRÚRGICA E OSTEOSÍNTESE COM FIOS DE KIRSCHNER DE LUXAÇÃO ACRÔMIO-CLAVÍCULA ESQUERDA.
ESTÁ FAZENDO REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA.
NÃO ESTÁ DE ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Em tratamento

Data da perícia: 13/02/2015

Conduta mantida:

Observações: MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO.

Médico examinador: JUSTINO NOBREGA DE AZEVEDO NETO

CRM do médico: 3940

UF do CRM do médico: RN

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: ARMANDO S ARAUJO

CRM do médico: 52.53331-5

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3150070605 - 1
Nome do(a) Examinado(a): DIEGO DA SILVA FERREIRA
Endereço do(a) Examinado(a): RUA ACRE nº 60 - ROSA DOS VENTOS - PARNAMIRIM/RN
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 082663125 - SSP
Data local do exame: 13/02/2015 NATAL/RN

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

Trauma no ombro esquerdo com luxação acrômio-clavicular esquerda

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

Realizado redução cirúrgica e osteossíntese com fios de Kirschner de luxação acrômio-clavicular esquerda
Está fazendo reabilitação fisioterápica
Não está de alta médica

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☐ SIM ☒ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☒ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em 60 dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

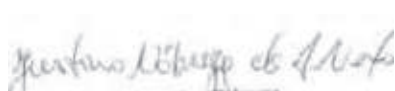
☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

RN - NATAL, 13/02/2015

Médico Perito: JUSTINO NOBREGA DE AZEVEDO NETO CRM: 3940


Dr. Justino Nobrega
Osteopata e Fisioterapeuta
Cirurgião de Quilô
CBA 2540 T107-8971

Assinatura do perito Examinador - CRM



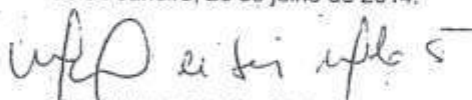
SUBSTABELECIMENTO

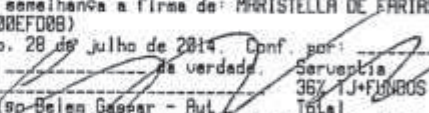
Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGÔ SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A; J. MALÚCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.


Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08)
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por: 
Em testemunho da verdade. Serventia: 36% TJ+FUNDOS
Bruno Rodrigo Salem Gaspar - Aut. Total: 9,70
EAKH-87158 VAY Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Bruno Rodrigo Salem Gaspar
Escrivente
CAD: ICCJ nº 94.04761
50 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução original que foi apresentado. Cod: X0000010D067. Conf. por: 
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Geovani Alves Cunha - Aut. Serventia: 36% TJ+FUNDOS
EALF-10701 NOV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>


CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Geovani Alves Cunha
Escrivente
CAD: ICCJ nº 94.04761
50 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94



PROCURAÇÃO

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

São Paulo, 30 de Janeiro de 2014.

 Drival Grahl
Diretor Jurídico
Contencioso

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.



21º Tabelião de Notas
São Paulo - Capital
 Luiz Alfonso Spagnuolo Molina - Tabelião

reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR
 CONHEÇO de: ORIVAL GRIMAL, a qual confere com
 adrao depositado em cartório.
 São Paulo, 30/01/2014 11:53:48
 reg: 61E9E7B7 Em Testemunho da verdade.
 Total R\$ 4,50

TERA DOUTA DOS SANTOS - ESCRITÓRIO

1844A519514

Rua do Carmo, 366 - CEP: 01009-000 - Centro - São Paulo - SP
 Tel: (11) 3231-9500 - Fax: (11) 3231-9501



1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9830

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cód. XXXX0100068. Car. por: T-13
 Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2014. Servente: T-13
 Geovani Alves Dantas - Aut. Total: 5.88

ENF-10702 VLI Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapp>





1º TRASLADO DO LIVRO 2.542 - PAGINAS 273/276

2014 - MGERAIS - JURÍDICO

PROCURAÇÃO QUE FAZ: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

SAIBAM todos os que virem esta procuração que aos OITO dias do mês de NOVENBRO do ano DOIS MIL E TREZE (08/11/2013), nesta cidade de São Paulo, Capital e Estado do mesmo nome, República Federativa do Brasil, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, onde a chamamos vim, e perante mim Escrevente, no 2º Tabelião de Notas, sito à Rua Rego Freitas, nº 57/73, comparece como outorgante MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., atual denominação da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, NIRE 35.3.0004292.1, com seu atual estatuto social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2013, registrada na JUCESP sob nº 299.171/13-9 de 05/08/2013, neste ato representada, conforme o artigo 13, parágrafo único do seu estatuto social, por seu Diretor "B" Alencar Rodrigues Ferreira Junior, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 15.684.673-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 054.988.988-43, e por seu Diretor "M" Carlos Alberto Landim, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 14.395.634-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 085.617.328-22, ambos com endereço comercial nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, Brooklin, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária de 21/09/2011, registrada na JUCESP sob nº 530.188/12-0, rratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2012, registrada na JUCESP sob nº 529.262/12-5, dos quais cópias dos atos estatutários, do CNPJ e certidão simplificada emitida em 06 de novembro de 2013, através do endereço eletrônico da JUCESP, ficam arquivadas nestas Notas sob nº 5.569. Os presentes foram reconhecidos como os próprios face à apresentação de seus documentos de identificação, no original, do que dou fé. Pela outorgante foi dito que pelo presente instrumento e na forma de direito, nomeia e constitui seus procuradores GRUPO "A": 1A) SIMONE PEREIRA NEGRÃO, OAB/SP 125.308, CPF/MF 142.976.518-66, casada; 2A) ORIVAL GRAHL, OAB/SC nº 6.266, OAB/DF nº 19.197, CPF/MF nº 488.267.409-72, casado; 3A) OSWALDO NARDINI NETO, OAB/SP nº 244.763, CPF/MF nº 167.930.618-95, divorciado; 4A) GEORGE OLAVO NUNES ABREU TEIXEIRA, OAB/RJ, nº 66.056, CPF/MF nº 818.952.837-87, divorciado; 5A) LUIZ CARLOS THADEU MOREYRA THOMAZ, OAB/SP nº 82.449, CPF/MF nº 139.924.221-00, casado; 6A) VIVIANE BERTOLDI CORREA PIMENTEL, OAB/SP nº 157.728, CPF/MF nº 188.538.728-88, casada; 7A) TAMARA BARBATO DOS SANTOS, OAB/SP 289.053, CPF/MF nº 341.382.098-24, solteira; 8A) LIGIA MARIA CHIKUSA, OAB/SP 208.247, CPF/MF 222.635.658-41, solteira; e GRUPO "B": 1B) ALESSANDRA NINI



10512602521433.000133281-2

União Internacional
de Notários e Leões
Fundada em 1948



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

RAÍMOA MAIA, OAB/SP nº 138.877, CPF/MF nº 245.578.098-80, casada; 2B) ANDRESSA FERNANDES KOWAL, OAB/SP nº 218.863, CPF/MF nº 205.185.688-57, solteira, maior; 3B) GUADALUPE DE ANDRADE NASCIMENTO, OAB/SP nº 237.332, CPF/MF nº 277.799.858-22, solteira, maior; 4B) NATALIA VELASQUES SANCHES, OAB/SP nº 272.477, CPF/MF nº 297.236.778-22, casada; 5B) CRISTIANE DI MARCO FERREIRA, OAB/SP nº 222.253, CPF/MF nº 167.788.178-01, solteira, maior; 6B) SILVIO PAPARELLI JUNIOR, OAB/SP 221.779, CPF/MF 151.640.928-08, casado; 7B) LILIANE RIBEIRO PEREIRA NUNES, OAB/SP 275.319, CPF/MF 331.988.598-75, casada; 8B) KELLY RANGEL PELLEGRINI GUAREZEMINI, OAB/SP 215.422, CPF/MF 311.265.508-76, casada; 9B) MANOEL FRANCISCO DA SILVA JUNIOR, OAB/SP 252.928, CPF/MF 290.296.148-03, solteiro; 10B) SILVANA DI NAPOLI, OAB/SP 207.637, CPF/MF 188.870.458-60, solteiro; 11B) NADIA SAYURI LOURENÇO, OAB/SP 316.533, CPF/MF 354.420.418-58, solteira; 12B) FERNANDA ALESSANDRA MARTINS, OAB/SP 314.805, CPF/MF 187.110.478-52, casada; 14B) CLAUDIA SOUZA SILVA IMPIERI, OAB/SP nº 246.656, CPF/MF nº 295.132.688-85, casada; 15B) ALEX MARCEL BARBOSA DA SILVA, OAB/SP 316.619, CPF/MF 375.660.548-56, solteiro; 16B) ALINE CAROLINE DOS SANTOS, OAB/SP nº 315.168, CPF/MF nº 363.573.818-29, solteira; 17B) CAROLINE BORGES SARACENE, OAB/SP nº 271.511, CPF/MF nº 220.582.598-40, solteira; 18B) DALMO RIBEIRO FILHO, OAB/SP nº 310.138, CPF/MF nº 336.584.378-71, solteiro, maior; 19B) GABRIEL MELLER ORDONEZ DE SOUZA, OAB/SP nº 297.941, CPF/MF nº 272.625.218-45, solteira, maior; 20B) KARYNA MARKOSSIAN, OAB/SP nº 300.117, CPF/MF nº 341.908.068-97, solteira, maior; 21B) MARILANE PINTO MESQUITA DUARTE, OAB/SP nº 216.077, CPF/MF nº 101.538.638-54, solteiro; 22B) NATHÁLIA BASTOS GOMES, OAB/SP nº 286.687, CPF/MF 337.813.3821-70, solteira; 23B) NATÁLIA GUGLIELMONI BENEDETTI, solteira, OAB/SP nº 326.041 e CPF/MF nº 369.025.968-16; 24B) KATIA ROBERTA SOUZA DO NASCIMENTO, solteira, OAB/SP nº 311.582 e CPF/MF nº 009.287.279-47; 25B) ANA CLÁUDIA FIORAVANTI THOMAZINHO, casada, OAB/SP nº 212.482 e CPF/MF nº 268.836.248-80; 26B) DANIELA DUARTE MURAYAMA, separada judicialmente, OAB/SP nº 191.533 e CPF/MF nº 178.422.798-61; 27B) CAMILLE PRATES BRANCO, solteira, OAB/SP nº 335.275 e CPF/MF nº 100.259.567-36; e 28B) MARIA FERNANDA NOVO MONTEIRO, solteira, OAB/SP nº 282.660 e CPF/MF nº 327.066.208-46, todos brasileiros, advogados, residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, onde recebem intimações, aos quais confere: I) TODOS OS PODERES DA CLÁUSULA "AD JUDICIA" e "ET EXTRA" PARA, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO, representar a outorgante em Juízo, em qualquer Instância ou Tribunal, ou fora dele, podendo: a) propor contra quem

17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
(original que foi apresentado. Cod: 90000010005D. Contador
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Geovani Alves Cunha - Aut.
EALF-1059. Para Consulte em <https://www.o.jrj.jus.br/sitepublico>





SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELLÃO DESIGNADO GERSON FRANCISCO OLEGARIO DA COSTA

de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, em qualquer ação civil, administrativa ou criminal e seus respectivos atos e medidas de ordem preparatória, assecuratória ou executiva, incluindo inquéritos policiais, por mais especial que seja a forma processual, seguindo e acompanhando-as, b) requerer falências, recuperação judicial ou extrajudicial, c) Impugnar cálculos, proceder a habilitações, confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, fazer acordos, pagar, receber e fazer levantamento de valores, receber e dar quitação, d) prestar depoimento pessoal em nome da OUTORGANTE como representante legal, e) propor reconvenção e segui-la, f) representá-la perante os órgãos e repartições públicas em geral, especialmente os da Justiça do Trabalho, inclusive na qualidade de empregadora, como seus prepostos e, para tal fim, praticar todos os direitos atribuídos à própria empregadora pela legislação em vigor, g) receber correspondências, citações, intimações e notificações, inclusive de mão própria (MP) em qualquer Agência – Central ou Regionais – dos Correios, especialmente a situada na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 (Centro Empresarial de São Paulo-CENESP), h) nomear prepostos para o foro em geral e também perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, Órgãos de Defesa do Consumidor, i) firmar notificações e contranotificações judiciais e extrajudiciais, e j) substabelecer a presente no todo ou em parte, mediante instrumento particular, nos termos do art. 655 do Código Civil Brasileiro, enfim, praticar todos os atos e assinar quaisquer documentos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato; e II) OS PODERES GERAIS E ESPECIAIS PARA, AGINDO: I) DOIS PROCURADORES DO GRUPO "A" EM CONJUNTO; (ii) UM PROCURADOR DO GRUPO "A" EM CONJUNTO COM UM PROCURADOR DO GRUPO "B"; iii) QUALQUER UM DOS PROCURADORES DO GRUPO "A" OU "B" EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO ou (iv) ISOLADAMENTE somente documentos expedidos por ou dirigidos a quaisquer Órgãos e Repartições Públicas que sejam restritos a uma única assinatura: representar a outorgante perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, Órgãos de Defesa do Consumidor especialmente (não exclusivamente): a) Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inclusive suas delegacias regionais; b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); c) Banco Central do Brasil; d) Secretaria da Receita Federal; e) Juntas Comerciais; f) Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; g) Cartórios de Notas; h) Cartórios de Registro de Imóveis; i) Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; j) Cartórios de Protesto de Letras e Títulos; k) Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas, podendo: I) assinar fichas de inscrição definitiva federal, estadual e municipal, inclusive os respectivos livros fiscais; m) recolher os tributos respectivos, inclusive taxas e emolumentos e formalizar consultas;



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

n) assinar requerimentos, declarações, certidões, termos de responsabilidade e cartas de credenciamento para fins de participação em licitações de diversas modalidades; o) receber, assinar e expedir correspondências eletrônicas, telegráficas e epistolares, simples e registradas e notificações; p) receber e resolver reclamações e acordar a respeito; e contratar, ajustar preços, cláusulas e condições e assinar os respectivos instrumentos de prestação de serviços com advogados e/ou escritórios de advocacia em geral; enfim, praticar todos os atos e assinar quaisquer documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE ATÉ TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE (31/12/2014), EXCETO QUANDO FOR JUNTADO EM ALGUM ATO ADMINISTRATIVO, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, QUANDO ENTÃO, VIGERÁ ATÉ O TÉRMINO DO RESPECTIVO PROCESSO. Assim o disseram, do que dou fé; pediram-me e lhes lavrei este instrumento que depois de lido em voz alta e clara, foi achado conforme na forma redigida, outorgaram, aceitaram e assinam, dou fé. Eu, Edgard Gregorio dos Santos, Escrevente, a lavrei e escrevi. Eu, Gerson Francisco Olegário da Costa, Tabelião, a subscrevi. (a.) ALENCAR RODRIGUES FERREIRA JUNIOR // CARLOS ALBERTO LANDIM. TRASLADADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2.013. Eu, Edgard Gregorio dos Santos (Edgard Gregorio dos Santos), Escrevente, digitei e fiz imprimir. Eu, Gerson Francisco Olegário da Costa, Tabelião Designado, conferi e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Gerson Francisco Olegário da Costa
Tabelião Designado



EMOLUMENTOS DEVIDOS	
Ao Serventuário	R\$ 197,04
A Séc. Fazenda	R\$ 56,00
Ao IPESP	R\$ 41,48
Ao Reg. Civil	R\$ 10,38
Ao Trib. Justiça	R\$ 10,38
A Sta. Casa	R\$ 1,98
TOTAL	R\$ 317,26

Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente é uma reprodução fiel do original que foi apresentado e conferido neste Tabelionato. Conf. por: Geovani Alves Cunha Tabelião Designado
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Geovani Alves Cunha - Tabelião Designado
EALF-10690 WAD Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

© 2001 by John Wiley & Sons, Inc.

TRADEMARKS AND SERVICE MARKS

1992] *THE POLITICS OF CONSTITUTIONAL REFORM IN BRAZIL* 293

de Consenso, e não a aprovação de modificações significativas na estrutura do Congresso, na qual a diversidade de pontos de vista (evidentes em múltiplas grupos econômicos) teria impedido os esforços dos membros de alguma única maioria. Entretanto, a maioria dos membros do Congresso não se opôs a uma estrutura eleitoral baseada no sistema do voto único transferível, o qual garante a presença de segmentos não representados ou pouco bem representados no parlamento. Entretanto, a maioria dos membros do Congresso não se opôs a uma estrutura eleitoral baseada no sistema do voto único transferível, o qual garante a presença de segmentos não representados ou pouco bem representados no parlamento. Entretanto, a maioria dos membros do Congresso não se opôs a uma estrutura eleitoral baseada no sistema do voto único transferível, o qual garante a presença de segmentos não representados ou pouco bem representados no parlamento.

... (text continues with similar repetition for the rest of the page)

[illegible]

COMPANHIA DE SÉRIAS PRELIMINARES recebe pedidos para adesão ao CETESB e Renovação de Licença de Operação nº 0001550, válida até 31/12/2010, para fabricação de Refrigeradores e Ar Condicionado.

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fiuco Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100062. Cont. para
 Rio de Janeiro, 1 de junho de 2014. Serventia
 Geovani Alves Cunha - Aut. Total TJ-RJ
 EML-10696 XLE Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente
 CPF nº 44919
 SSO 131.91
 M 26.12.16.5554
 OFÍCIO DE NOTAS



1-874-1250001-76 - 100% 24/7

1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8880

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cópia: XXXXX010005. Contr. por: 4.233

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Geovani Alves Cunha - Aut. Total: 5.86

Geovani Alves Cunha - Aut. Total: 5.86

EAUF-10497 Nº1 Consulte em <https://pje1g.trj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Geovani Alves Cunha
Escritório
CPS nº 8589
Sua 151 RJ
04.2015 nº 0.6294



[illegible]

ATLÂNTICA V PARQUE EÓLICO S.A.

[illegible][illegible]

A Companhia de Saneamento do Oeste de São Paulo - Via Oeste S/A
toma público que recebeu 22 Caminhões Ambientais do Estado de São
Paulo - CETESB e 1 caminhão Ambiental do Coquelet em 21/05 de 19/10/2012
p/ a Doação dos Menores do Rioque Pretinho Castro Branco (SP-
2801) 14 13-703.64.44-703-6444 - www.rioquepretinho.org.br

Grati Empreza Multinacional de Multinacional de Multinacional Ltda. é uma empresa que atua no setor de Engenharia e Construção Civil, com atuação em todo o Brasil, sendo a maior empresa do setor no Brasil.

© Elsevier Inc. Todos los derechos reservados. No se permite la explotación económica ni la transformación de esta obra. Queda permitida la impresión en su totalidad.

total sample size = 2000000

2015 20:45:45

5447250000003321501

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: X0000010005E. Cont. por:
 Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2014.
 Serventia 362 TJ+FUNDOS : 4.33
 Total : 1.53
 : 5.86
 Consultar em <https://www.tj-rj.jus.br/sitepublico>
 EALF-10692 NE
 Giovani Alves Cunha - Adv.
 Escrivão
 CUNHA
 Giovani Alves
 OFÍCIO DE NOTAS
 Av. 28 de Setembro 300
 CEP: 20051-000



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXX010003F. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Cunha - Aut.
 EML-10693 ONI Consulte em <https://www.tirj.jus.br>
 Total : 4.33
 Serventia : 1.53
 36% TJ+PL : 5.86
 CARRO DO 17o
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente
 CTPS nº 14
 04/08/2014



pre-convictos sobre as costas de paradosos ligais, oferecendo a eles o auxílio moralizador, no sentido de que, se não se pode ser advogado sem ser primeiro um criminoso, é melhor ser criminoso do que não ser nada. O mesmo pensamento é desenvolvido no Livro 1, Capítulo 1, da obra "O Crime e o Castigo", de Fyodor Dostoiévski, quando o protagonista, Raskólnikov, afirma: "Se não se pode ser advogado sem ser primeiro um criminoso, é melhor ser criminoso do que não ser nada".

FUSAM - Fundação de Saúde e
assistência do Município de Caçapava
CNPJ nº 10.452.702/0001-43

[illegible]

CPFL TELECOM S.A.

[illegible]

...e também fornecer qualificação necessária e sempre a procura de melhorias no trabalho. O ADAPT tem o objetivo de dar ao leitor uma visão mais ampla do trabalho realizado e da importância das condições de trabalho e de saúde no trabalho de modo a não ser apenas uma leitura de texto, mas sim uma leitura de texto e de imagens. A obra foi editada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

Unofficial
 Approved by the
 American Society of
 Professional Engineers

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: 100000100000
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Geovani Alves Lima - Aut.
EALF-10694 HIR Consultar em <https://www3.jus.br>

OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel: 2107-7800
Cod: 100000100000
12 de agosto de 2014



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

[illegible]

M.G.H.S.P.E. Empreendimentos
e Participações S.A.

[illegible]

O Serviço de Controle Verificou de Material Emisso e Apreensão Extrajudicial no Estado de São Paulo, com base em dados fornecidos por todos os órgãos envolvidos na operação, incluindo o IML.

[illegible]

PAIDROLL DE 2012 - Em conformidade, os dados no Anexo B05 do CCR, com relação às atividades desempenhadas pela SEDON-SP, que deverão resultar em R\$ 6,3 mil (seis mil e trezentos reais), a serem

Unidade Personal para o exercício de 2013, sob pena de incorrer nas penalidades previstas no art. 600 do CLT. As quais não ocorrerão, tendo em vista a extinção do ato do CCF - anulação por vício. São Paulo, 10 de janeiro de 2015. Claudio Barreto - Presidente - SINDOCS

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fumo Oliveira
Rua do Carmo 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8900
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
original que foi apresentada. Cod: 200000100061. Con. por: Fiel do
Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2014.
Geovani Alves
Escritório
CTPS nº 64919
CNPJ 15.874.335/04
M. 10.437. Lei 8.935/94
OFÍCIO DE NOTAS -
EOL-10695 Con. por: em <https://www3.tjrj.jus.br/tafeliao>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

14ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

ATO ORDINATÓRIO

Intimo a parte autora para se manifestar sobre a(s) preliminar(es), documento(s) ou fato(s) novo(s) apresentado(s) na contestação, bem como informar se há possibilidade de acordo, no prazo de 10(dez) dias.

Natal/RN, 11 de setembro de 2015

MARIA JACQUELINE LOPES DE LUNA FREIRE

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

14ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

ATO ORDINATÓRIO

Intimo a parte autora para se manifestar sobre a(s) preliminar(es), documento(s) ou fato(s) novo(s) apresentado(s) na contestação, bem como informar se há possibilidade de acordo, no prazo de 10(dez) dias.

Natal/RN, 11 de setembro de 2015

MARIA JACQUELINE LOPES DE LUNA FREIRE

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Réplica em anexo



EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DO NATAL-RN.

Processo nº 0828147-81.2015.8.20.5001

DIEGO DA SILVA FERREIRA, já qualificado nos autos da *Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT* em epígrafe, que move em face de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine* assinado, em atenção ao disposto no ato ordinário juntado aos autos, manifestar-se acerca das questões preliminares contidas na peça contestatória da Requerida. É o que se segue.

II DAS MATÉRIAS IMPUGNÁVEIS

Primeiramente, a Requerida aduz a Preliminarmente, a Requerida alega ausência de Laudo do IML, importa destacar que o Autor já teve a sua invalidez reconhecida através de processo administrativo prévio, o qual atestou o seu estado de invalidez permanente, todavia, por outros motivos que não chegaram ao seu conhecimento, seu pedido foi indeferido. Assim, a discussão acerca da comprovação da invalidez resta superada, limitando-se, a presente ação, à fixação do quantum indenizatório. Ademais, o Autor requereu a realização de perícia médica a ser designada por esse juízo, tornando desnecessária a juntada do laudo do IML. Por essa razão, esta preliminar não merece prosperar.

Como segunda preliminar, suscita a sua ilegitimidade passiva *ad causam* em razão da necessidade de figurar no pólo passivo desta demanda, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, o que não passa de um argumento ardiloso na tentativa de se esquivar da sua obrigação legal perante a demandante. Essa matéria já fora, inclusive, abordada quando da propositura da ação, de tão previsível que se tornou a linha de defesa da Ré. Por essa razão, por uma questão de economia processual, remeto a atenção de Vossa Excelência para os fundamentos constantes naquela peça introdutória.

Desta feita, por tudo o que foi dito na exordial e na presente manifestação, as questões preliminares ao mérito devem ser rejeitadas por esse d. juízo de direito, ensejando, conseqüentemente, o exame do mérito e a inevitável conclusão de que a pretensão autoral merece guarida, devendo todos os seus pleitos serem julgados procedentes em suas totalidades, como forma de se praticar a mais lúdima e pura justiça.



Por fim, vem informar que em havendo possibilidade de apresentação de proposta de acordo, esta deve ser realizada pela parte Ré, estando esta parte a disposição para a sua análise.

Em caso de não haver proposta para transação das partes, o Autor vem reiterar o pedido de realização de perícia médica formulado à inicial, a qual pugna-se seja realizada por médico nomeado por este juízo e bancado pelo Poder Judiciário, ou pela Ré.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Natal-RN, 19 de outubro de 2015.

GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO
Advogado – OAB-RN nº 680-A



PEDIDO DE PROSSEGUIMENTO AO FEITO EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DO NATAL - RN

Processo nº 0828147-81.2015.8.20.5001

DIEGO DA SILVA FERREIRA, já qualificado nos autos da *Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT* em epígrafe, que move em face de **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine*, **REQUERER O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com a consequente designação da perícia médica solicitada na petição inicial, em face do decurso de mais 2 (dois) anos após a intimação para réplica, e até o presente momento, nenhuma movimentação foi feita nos presentes autos.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Natal - RN, 18 de setembro de 2017.

GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO
Advogado - OAB/RN 680-A





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
14ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nos termos da Portaria Conjunta nº 058/2017, de 07 de dezembro de 2017, faço remessa dos presentes autos a uma das Varas competentes (DPVAT).

Natal/RN, 14/12/2017

MARIA JACQUELINE LOPES DE LUNA FREIRE

Chefe de secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: RÉU: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Havendo o pedido de realização de perícia, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, **cuja data e horário serão designados pela Secretaria deste Juízo**, devendo, após intimadas as partes para o referido ato processual, serem os presentes autos encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE/PERÍCIA /CEJUSC/DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, **ficam desde já intimadas as partes para**, no prazo sucessivo de 30(trinta)



dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, **apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Após manifestação das partes, remetam-se os presentes à unidade jurisdicional de origem.

Não comparecendo a parte autora à perícia, devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem, devendo a Secretaria deste juízo certificar o transcurso em branco do prazo de 30(trinta) dias, procedendo, ato subsequente, a intimação pessoal da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção(CPC, art. 485, inc.III).

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

NATAL/RN, 21 de março de 2018

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: RÉU: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Havendo o pedido de realização de perícia, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, **cuja data e horário serão designados pela Secretaria deste Juízo**, devendo, após intimadas as partes para o referido ato processual, serem os presentes autos encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE/PERÍCIA /CEJUSC/DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, **ficam desde já intimadas as partes para**, no prazo sucessivo de 30(trinta)



dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, **apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Após manifestação das partes, remetam-se os presentes à unidade jurisdicional de origem.

Não comparecendo a parte autora à perícia, devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem, devendo a Secretaria deste juízo certificar o transcurso em branco do prazo de 30(trinta) dias, procedendo, ato subsequente, a intimação pessoal da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção(CPC, art. 485, inc.III).

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

NATAL/RN, 21 de março de 2018

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. art. 152, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, e das disposições do art. 4º, inciso V do Provimento nº 10, de 04/07/2005, da Corregedoria de Justiça do RN, expeço o presente ato com o fim de intimar as partes a comparecerem a PERÍCIA, no CEJUSC/NATAL/RN, localizado no COMPLEXO JUDICIÁRIO, Rua das Fosforitas, 2327, antiga Fábrica Borborema, próximo ao campus I da UFRN, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59076-120, fone 3616-6668, no dia 20/07/2018 11:20 horas, CEJUSC NATAL. O autor deverá comparecer para a referida perícia, munido de exames que possuir referentes as lesões advindas do acidente. Remeto o presente ato ao Diário da Justiça Eletrônico para a devida publicação.

NATAL/RN, 23 de maio de 2018

GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA

Chefe de Secretaria em substituição



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. art. 152, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, e das disposições do art. 4º, inciso V do Provimento nº 10, de 04/07/2005, da Corregedoria de Justiça do RN, expeço o presente ato com o fim de intimar as partes a comparecerem a PERÍCIA, no CEJUSC/NATAL/RN, localizado no COMPLEXO JUDICIÁRIO, Rua das Fosforitas, 2327, antiga Fábrica Borborema, próximo ao campus I da UFRN, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59076-120, fone 3616-6668, no dia 20/07/2018 11:20 horas, CEJUSC NATAL. O autor deverá comparecer para a referida perícia, munido de exames que possuir referentes as lesões advindas do acidente. Remeto o presente ato ao Diário da Justiça Eletrônico para a devida publicação.

NATAL/RN, 23 de maio de 2018

GEOVANI ALVES DE OLIVEIRA

Chefe de Secretaria em substituição



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte
Juízo de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 346, Edifício Millenium, (anexo do Fórum Miguel Seabra Fagundes), Lagoa Nova, fone 3615-1668, Natal/RN, CEP 59064-972

Processo 0828147-81.2015.8.20.5001

Autor : DIEGO DA SILVA FERREIRA
Réu: MAPFRE SEGUROS

CARTA DE INTIMAÇÃO PERÍCIA -CEJUSC/DPVAT

Ao Senhor DIEGO DA SILVA FERREIRA
Endereço: Rua Acre, 60, Rosa dos Ventos, PARNAMIRIM - RN - CEP: 59141-265

De ordem de Sua Excelência a Senhora ELANE PALMEIRA DE SOUZA, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, na forma da lei.

Pela presente, em cumprimento ao ato judicial proferido nos autos, fica Vossa Senhoria intimada, a fim de comparecer à perícia designada para o dia **20/07/2018, às 11h20**, a ser realizada no CEJUSC/NATAL/RN, localizado no Complexo Judiciário, antiga Fábrica Borborema, Rua das Fosforitas, 2.327, Lagoa Nova, 59076-120, Natal/RN, fone 3616-6668, próximo ao Campus I/UFRN.

ADVERTÊNCIA: o autor deverá comparecer à perícia munido de todos os exames referentes às lesões decorrentes do acidente.

Natal/RN, 4 de junho de 2018

ELIANE INACIO DA LUZ

Auxiliar Técnico(a)

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que efetuei a juntada do AR devidamente cumprido,
conforme verifica-se no anexo.

NATAL/RN, 19 de julho de 2018

JOSÉ RIBAMAR LOPES

Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





CORREIOS		AR		AVISO DE RECEBIMENTO		MP	
DESTINATÁRIO		DIEGO DA SILVA FERREIRA,		RUA ACRE, 60, ROSA DOS VENTOS, PARNAMIRIM,		CEP 59141-255, Natal /RN	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR		19ª Vara Cível da Comarca de Natal		Rua Dr. Lauro Pinto, 346 - Ed. Millennium, 2º Andar, Lagoa Nova		CEP 59064-972, Natal/RN	
TENTATIVAS DE ENTREGA		1ª 21/06/18		2ª 10/06/18		3ª	
ATENÇÃO		Após 3 tentativas de entrega, devolver o objeto.					
ASSINATURA DO RECEBEDOR		Diego da Silva Ferreira					
NOME LEGAL DO RECEBEDOR		Diego da Silva Ferreira					
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		<input type="checkbox"/> Melhor-se		<input type="checkbox"/> Retornado		<input type="checkbox"/> Não entregue	
		<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente		<input type="checkbox"/> Não existe o número		<input type="checkbox"/> Ausente	
		<input type="checkbox"/> Desconhecido		<input type="checkbox"/> Faltado		<input type="checkbox"/> Outros	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)		Ofício n. 0928147-81, 2015 8 20 5001					
RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO		[Assinatura]					
DATA DA ENTREGA		21/06/18					
Nº DOS DE IDENTIDADE		2063125					
BRASIL		BRESIL					

Laudo em anexo.



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Diego da Silva Ferreira
CPF: 099.119.854-90
Endereço completo: Av Brigadeiro Trampusco - N 1295 - Passagem de Areia - Parnamirim - RN

Informações do Acidente

Local: Distrito de São José do Mipimbu-rn
Data do acidente: 01/11/2014

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0828147-81.2015.8.20.5001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 19 Vara Cível ou JEC da Comarca de Natal-RN.

Natal - RN, 20 de julho de 2018

local e data



assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ombro esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

luxação acrómio clavicular esquerdo

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

limitação de movimentos com redução de força muscular

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

>laudo_mutirão, emissão: 20/07/2018 13:20:40, vítima: Diego da Silva Ferreira< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 1 / 4<

SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda



Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: ombro esquerdo

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Perda completa da mobilidade de um dos ombros - Lado Esquerdo

() 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
Natal - RN, 20 de julho de 2018

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM


Judson Welber Veríssimo de Azevedo
CPF - 044.491.094-81
CRM - 6892-RN


Mauro Carneiro Calhau
CPF -
CRM - 3063-RN



PERECER MÉDICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Diego da Silva Ferreira
CPF: 099.119.854-90
Endereço completo: Av Brigadeiro Trampusco - N 1295 - Passagem de Areia - Parnamirim - Rn

Informações do Acidente

Local: Distrito de São José do Mipimbu-rn
Data do acidente: 01/11/2014

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ombro esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

luxação acromio-clavicular esquerda

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

limitação de amplitude de movimento e força muscular

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação e se for o caso, a partir do pagamento administrativo indicar: agravamento, melhora e/ou nova lesão:

☐ Agravamento

☐ Melhora

☐ Nova lesão

Segmento corporal acometido: ombro de esquerdo

>laudo_mutirão, emissão: 20/07/2018 13:20:40, vítima: Diego da Silva Ferreira< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 3 / 4<

SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda



a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros - Lado Esquerdo	
	() 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
3ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
4ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

JUSTIFICATIVA DE CONCORDÂNCIA COM A PERÍCIA JUDICIAL:

concordo

JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:

Local e data da realização do exame médico:
Natal - RN, 20 de julho de 2018

Assinatura do assistente TÉCNICO - CRM


Judson Welber Veríssimo de Azevedo
CPF - 044.491.094-81
CRM - 6892-RN



Petição



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL/RN

PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

MAPFRE SEGUROS S.A., já qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove **DIEGO DA SILVA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar **MANIFESTAÇÃO DE LAUDO** em razão do despacho proferido.

Versa a presente ação sobre indenização de seguro DPVAT, devemos alertar a este magistrado que a parte autora alega que sua incapacidade permanente estaria em 100%, quando na verdade, seu grau de incapacidade não correspondente a este percentual de acordo com o laudo pericial.

Preliminarmente, cumpre reiterar que a parte autora, realizou pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, contudo não logrou êxito, tendo em vista que a parte autora estava realizando tratamento conservador, vejamos:

DADOS DO SINISTRO		
Número: 3150070605	Cidade: São José de Mipibu	Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: DIEGO DA SILVA FERREIRA	Data do acidente: 01/11/2014	Seguradora: COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA		
Data da análise: 09/02/2015		
Valoração do IML: 0		
Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO		
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR		
Sequelas permanentes:		
Sequelas:		
Conduta mantida:		
Quantificação das sequelas:		
Documentos complementares:		
Observações:		



Entretanto, caso não seja esse o entendimento deste MM. Juízo, esta Seguradora, requer, de logo, que seja levado para fins de condenação, apenas o que foi graduado no laudo pericial, de acordo com a tabela de indenização do Seguro Dpvat, conforme se verifica, **25% (vinte e cinco por cento) do ombro esquerdo.**
Vejamos:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros - Lado Esquerdo	
	() 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
2ª Lesão	
	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Insta salientar que a parte autora possui uma **invalidez permanente parcial** incompleta, de acordo com o laudo pericial, o que ensejará o pagamento de indenização nos termos do inciso II, §1º da Lei 11.482/2007, sendo esta **proporcional ao percentual** constatado através de perícia médica.

A Lei 11.482/2007 trouxe uma alteração legislativa nos valores de indenização de Seguro DPVAT para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), respeitando-se os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez incluída pela Lei 11.945/2009, conforme abaixo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida



terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

De acordo com o laudo pericial, restou caracterizado que o autor possui a supracitada lesão graduada em 25% do ombro direito, o que corresponde a uma indenização no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme tabela abaixo:

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros , cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50



Diante do exposto, resta evidente que não merece prosperar o pleito autoral em receber o teto máximo indenizável haja vista que sua debilidade é parcial, de menores proporções. Levando-se em consideração o percentual apurado, em caso de eventual condenação, a indenização deve se limitar ao percentual apurado, qual seja, **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Pelo exposto e por tudo mais que consta dos autos, resta indiscutível a **IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** formulados na exordial haja vista que a Demandada já deu quitação a indenização devida em sede administrativa.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Natal/RN, 02 de agosto de 2018.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983



Petição





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL/RN

PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

PARTE AUTORA: DIEGO DA SILVA FERREIRA

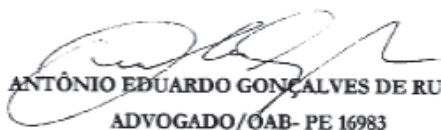
PARTE RÉ: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, em cumprimento ao despacho exarado, **vem requerer a juntada de pagamento de honorários periciais pagos através de ofício.** Conforme anexo.

Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

De Recife/PE para Natal/RN, 16 de novembro de 2018.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ADLINA CÉTURA DA CRUZ COSTA
OAB/RN 7.873

LUAN DE LIMA BEZERRA
OAB/RN 15.023

1 |



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

10/10/2018

VALOR TOTAL:

5.600,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00192772400005600000000002836585007194524717

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E1224EFD148639805BA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: RAYSSA MIGUEL JUVENCIO

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL

Processo: 0807150-14.2014.8.20.5001 - ID 081160000005795590

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.183177 3 77240000900000	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0807150-14.2014.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL				
Sacador/Avalista				
Nosso Número 28365850071945183	Nº Documento 81160000005795590	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 9.000,00	(=) Valor Pago 9.000,00
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A				
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica	

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.183177 3 77240000900000	
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO				
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A				
Data do Documento 01/10/2018	Nº Documento 81160000005795590	Espécie DOC ND	Acerto N	Data do Processamento 01/10/2018
Uso do Boleto 81160000005795590	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	=Valor
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000005795590 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep				
(-) Descontos/Abatimento				
(-) Juros/Multa				
(-) Valor Cobrado 9.000,00				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0807150-14.2014.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL				
Sacador/Avalista				
Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação				



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JOSE ALVES DE MEDERIOS

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL


Processo: 0830131-03.2015.8.20.5001 - ID 081160000005795557


Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.135177 6 77240001000000		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830131-03.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista					
Nosso Número 28365850071945135	Nº Documento 81160000005795557	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 10.000,00	(*) Valor Pago 10.000,00	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A					
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica		

		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.135177 6 77240001000000		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Data de Vencimento 30/11/2018
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A					Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X
Data do Documento 01/10/2018	Nº Documento 81160000005795557	Especie DOC ND	Acerto N	Data do Processamento 01/10/2018	Nosso Número 28365850071945135
Uso do Boleto 81160000005795557	Carteira 17	Especie R\$	Quantidade	vValor	(*) Valor do Documento 10.000,00
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000005795557 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Juros/Multa
					(=) Valor Cobrado 10.000,00
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830131-03.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL					
Sacador/Avalista			Código de Barra Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 164/2018/CEJUSC

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordos - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205

Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL – JULHO/2018

Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valo
Proc. Nº 0830407- 34.2015.8.20.50 01	19ª Vara Cível da Comarca de Natal	Autor: Jean Ferreira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, CRM nº 5857, o qual realizou o total de 28 (vinte e oito) perícias médicas, lista em anexo, no dia 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018, realizado na Comarca de NATAL/RN.

Atenciosas saudações,

Virgínia Rêgo Bezerra
Juíza de Direito
Centro Judiciário de Solução de Conflitos





CONTROLE DE PERÍCIAS

Café 030-335-1464
Bd. Tugo de N. Almeida
Ouro Preto 9867

Date: 6-1-07 18

Page 1

Plantão 1

14	0820878-88.2015	Fco. Placência do silva
15	0812+63-78.2015	Leviem Daiton
16	0836120-77.2015	Eudicko de castro
17	0834535-97.2015	Joson de Souza Bonfina
18	09021+3-42.2015	Jua Lucia dos silva
19	0834490-26.2015	Jose Lucian P. de Aguiar
20	080515-63.2014	Devio Euron S. de Aguiar
21	0854940-23.2016	Emmanuel David do silva
22	0818118-67.2015	Jose Sando A. Seidel
23	0831639-71.2015	Victor Thompson de silve
24	0844677-02.2013	Lucien Carlos do silva
25	0806504-66.2014	Douglas A. P. da silva
26	0803254-53.2015	Fco. Alvaro Carlos
27	0854440-43.2015	Jose Cleudio de silva
28	0810401-73.2014	Agostinho T. de silva
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 163/2018/CEJUSC

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordo - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205

Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL/RN – JULHO/2018

Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. MÚCIO AURÉLIO DO NASCIMENTO LUZIA, CRM nº 3281, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valor
Proc nº 0807150-14.2014.8.20.500 1	19ª VARA CÍVEL	Autor: Rayssa Miguel Juvêncio Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. MÚCIO AURÉLIO DO NASCIMENTO LUZIA, CRM nº 3281, o qual realizou o total de 45 (quarenta e cinco) perícias médicas, lista em anexo, nos dias 20 e 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 realizado na Comarca de NATAL/RN.

Atenciosas saudações,

Virgínia Régio Bezerra
Juíza de Direito

Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Natal/RN





PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN
TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: Mucio Avelino

NATAC - RU

CRM: 3281 Fone: _____ Data: 20/07/18

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	0804406-03.2014.8.20.0001	MARINELA SARAIA S.
2	0146446-83.2013.8.20001	Fco. Justo dos Santos.
3	0810248-07.2014.8.20.5001	Edson Geroni L. de Moura
4	9514745-30.2015.	Reporto Carlos de S. Aguiar
5	0817493-46.2015.	Luiz (meu ex) Pimenta
6	0813770-42.2014	Paulo Pimenta dos Santos
7	0822383-61.2016	Leandro da Andrade Batista
8	0104315-93.2013.8.20001	Levy Fontes de Azeite
9	0854302-29.2015	Joelma Batista de Silva
10	0805021-36.2014	Joacine de Almeida de Silva
11	0848568-92.2015.8.20.5001	Saulo de O. de Almeida
12	0831666-64.2015.8.20.5001	Francinete S. dos Silva
13	0807150-14.2014	Jeanyne Magd. Fontes

Página 1


Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda
Carimbo 1811

14	0123448-33.2014.8.20011	Planilha 1	Reynold Vitorino Benben
15	0820710-75.2015		Alexandro da Silva
16	988444-20.2015		Adson Vitor da Silva
17	0815702-31.2015		Wagner Fagundes da Silva
18	0859405-88.2015.8.20.001		Frederico Augusto Silva
19	0812519-29-2013.8.20.001		Correio Raulson Silva
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			





PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN
TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: Muicio Amelio N. Kuzio Náine - RN

CRM: 3281 Fone: 99982-3869 Data: 27/07/2018

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	844545-75-2015	Imunização B-1 para crianças
2	0806994-20-2014	Imunização B-1 para crianças
3	0837528-42-2015	Imunização B-1 para crianças
4	9816324-42	Imunização B-1 para crianças
5	0854122-08-2015	Imunização B-1 para crianças
6	0853284-42-2015	Imunização B-1 para crianças
7	0813193-93-2016	Imunização B-1 para crianças
8	0833924-42-2015	Imunização B-1 para crianças
9	0835644-32-2015	Imunização B-1 para crianças
10	0822440-71-2014	Imunização B-1 para crianças
11	0819545-03-2017	Imunização B-1 para crianças
12	0107528-81	Imunização B-1 para crianças
13	0806444-10-2016	Imunização B-1 para crianças

14	041 2046-13-2015B2A Soc 1
15	050 3509-76-2018A B Soc 1
16	024 9478-27-2015
17	084 5653-70-2015
18	051 3545-85-2015A B Soc 1
19	082 2946-15-2015A B Soc 1
20	065 5624-76-2018A B Soc 1
21	018 4605-57-2015B20 Soc 1
22	053 1017-31-2015B Soc 1
23	053 1281-13-2015
24	050 4435-78-2014B-2A Soc 1
25	034 6940-52-2015B20 Soc 1
26	041 4442-79-2016B20 Soc 1
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	

14	041 2046-13-20150201
15	050 3509-76-20150201
16	024 9475-27-2015
17	034 5653-70-2015
18	051 3545-85-20150201
19	052 3946-15-20150201
20	065 5024-76-20150201
21	018 4605-57-20150201
22	053 1012-31-20150201
23	053 1281-13-2015
24	050 4425-78-20150201
25	034 6940-52-20150201
26	051 4442-79-20150201
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

Ofício nº 162/2018

Natal/RN, 03 de setembro de 2018.

Ao Ilustríssimo Senhor Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordo - Seguradora Líder
Paulo Leite de Farias Filho
Rua Senador Dantas, 74, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205

Assunto: Quantitativo Perícias Médicas – Mutirão DPVAT – NATAL/RN – JULHO/2018


Senhor Coordenador,

Cumprimentando cordialmente, venho, solicitar que Vossa Senhoria efetue o pagamento das perícias médicas realizadas, durante o MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 pelo Médico Dr. MAURO CARNEIRO CALHAU, CRM nº 3063, nomeado por este Juízo, conforme Portaria em anexo, através de Depósito Judicial, junto ao Banco Brasil, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no processo abaixo relacionado:

Nº do processo	Vara/Comarca	Partes	Depositante	Natureza da Ação	Valor
Proc nº 0830131-03.2015 8.20.5001	19ª Vara Cível COMARCA DE NATAL	Autor: José Alves de Medeiros Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT	Líder Seguradora dos Consórcios do Seguro	Indenizatória	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Esclareço, por fim, que esse depósito quitará integralmente os honorários médicos do Dr. MAURO CARNEIRO CALHAU, CRM nº 3063, o qual realizou o total de 50 (cinquenta) perícias médicas, lista em anexo, nos dias 20 e 27 de julho de 2018, no MUTIRÃO DPVAT NATAL/RN JULHO/2018 realizado na Comarca de NATAL/RN

Atenciosas saudações,


Virginia Régio Bezerra
Juíza de Direito

Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Natal/RN







PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN

TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: MAURO CAMPEIRO CALITANI

CRM: 3063

Fone: (84) 99151-4561 Data: 20/07/18

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	080931766/2014	EDMILSON LUCIANO
2	012580460/2011	MANOEL HENRIQUE DA SILVA
3	082493577/2015	MAYANE ALVES DE OLIVEIRA
4	083632094/2015	JOÃO BATISTA RODRIGUES DA SILVA
5	084630942/2015	JOÃO WILSON DA SILVA
6	085535285/2015	MARILUZE DOS SANTOS SILVA
7	0821878970/2015	LUCIENE DA SILVA
8	084459063/2015	PIETRO LUCIANO LUCAS FERREIRA
9	011202259/2014	GEORGE LUCIANO LUCAS DA SILVA
10	085543941/2015	JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA
11	011981471/2014	WILSON DA SILVA
12	012415407/2013	GEORGE LUCIANO LUCAS FERREIRA
13	083013103/2015	JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA

(Assinatura)
Dr. Mauro Campeiro Calitani
CRM: 3063/2014
OAB: 150.184.755

Planilha 1

14	01.046.67.26.2014	DOIS FILHOS DA SILVA
15	08.07170.96.2016	FILHO DA SILVA JOSE
16	08.11195.27.2015	DOIS ANTONIO DA SILVA CARIU
17	08.28147.91.2015	DIEGO DA SILVA FERNANDA
18	08.10510.20.2015	JOSEF FERNANDO DE ALMEIDA
19	08.18122.07.2015	ALMEIDA LUIZ DE ALMEIDA
20	08.17449.23.2015	FERNANDO FILHO G. N. O. SILVA
21	01.13224.90.2014	SILVIA LUIZ DA SILVA
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		

Dr. Manoel Carlos de Almeida
Diretor de Administração
Data: 21/11/2018



PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE NATAL/RN
TEL.: (084) 3616-6668

CONTROLE DE PERÍCIAS

Médico: Mauro Camêlo Carriço

CRM: 3063 Fone: (34) 99154-4661 Data: 27/07/18

[Assinatura]
ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA

Nº perícias	Nº do Processo	Parte autora
1	081.2944.94.2015	Assessoria Unimed Nova
2	081.9633.21.2015	Tratado Lencina Unimed
3	080.3510.20.2014	Enzo Silva Pereira
4	085.4491.06.2015	Maria Lúcia M Silva
5	085.3767.65.2015	Paulo Sérgio M Costa
6	083.1979.25.2015	Paulo Gustavo M Silva
7	080.6083.26.2014	Paulo Sérgio M Costa
8	085.4417.53.2015	Aplicados Exatidão de Unimed
9	081.0280.07.2015	Paulo Sérgio M Costa
10	084.5688.30.2015	Paulo Sérgio M Costa
11	084.2346.11.2015	Foramé Unimed Lencina em Silva
12	082.3163.09.2015	Exatidão de Unimed Silva
13	080.3906.49.2015	SADY Paulo M Pereira



Plantão

14	084.5828.20.2015	CHIRREDO MATEUS W OLIVEIRA
15	012.5912.73.2015	NUMER 051M DE SOU
16	085.2107.17.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
17	081.8940.58.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
18	081.5617.45.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
19	084.0733.53.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
20	082.6582.32.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
21	085.3960.59.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
22	081.6510.17.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
23	080.8616.70.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
24	081.7829.73.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
25	081.0044.60.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
26	080.7042.43.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
27	081.0517.21.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
28	082.3608.34.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
29	080.7111.74.2015	MARCE MIMOUNO DE ALBUQUERQUE
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JEAN FERREIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 19 VARA CIVEL

Processo: 0830407-34.2015.8.20.5001 - ID 081160000005795611

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL				
Sacador/Avalista				
Nosso Número 28365850071945247	Nr. Documento 81160000005795611	Data de Vencimento 30/11/2018	Valor do Documento 5.600,00	(=) Valor Pago 5.600,00
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A				
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica	

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 71945.247170 2 77240000560000	
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO				
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A				
Data do Documento 01/10/2018	Nr. Documento 81160000005795611	Espécie DOC ND	Acerto N	Data do Processamento 01/10/2018
Uso do Boleto 81160000005795611	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	=Valor
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081160000005795611 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.RN - PROCESSO: 0830407-34.2015.8.20.5001, NATAL - 19 VARA CIVEL				
Sacador/Avalista				
Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação				



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

10/10/2018

VALOR TOTAL:

9.000,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00193772400009000000000002836585007194518317

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E124D337A576E7897A6



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

10/10/2018

VALOR TOTAL:

10.000,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00196772400010000000000002836585007194513517

Nr. da Autenticação: D6AA7450E43FFA30DE2D6A69654F6C187E9CF8A177075E128CCFB5ECCB8BD92C



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Demandado(a):

R É U :

M A P F R E

S E G U R O S

CERTIDÃO

Certifico, para os fins que se fizerem necessários, que tendo sido perfectibilizada a perícia, conforme laudo de ID Num. 28992477, compulsando os presentes autos, verifiquei que as partes foram devidamente intimadas da decisão de ID Num. 23549719, bem ainda que decorreu o prazo sucessivo concedido pelo precitado ato judicial para manifestarem-se sobre o laudo pericial, sem que a parte autora tenha apresentado manifestação. Dessa forma, faço estes autos conclusos ao exame da MM Juíza de Direito desta Vara, para os devidos fins.

NATAL/RN, 6 de fevereiro de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

DESPACHO

Certifique a Secretaria acerca da tempestividade da peça contestatória de ID nº 3464000.

Após, voltem-nos conclusos.

Cumpra-se.

NATAL/RN, 15 de abril de 2019

ELANE PALMEIRA DE SOUZA



Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Demandado(a):

R É U :

M A P F R E

S E G U R O S

CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que a CONTESTAÇÃO DE ID Num. 3464000 está tempestiva

NATAL/RN, 15 de abril de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
0828147-81.2015.8.20.5001
AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: MAPFRE SEGUROS

SENTENÇA

-

I – RELATÓRIO

Vistos,

DIEGO DA SILVA FERREIRA, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em desfavor de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, ambos qualificados.

Alega que, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 01.11.2014, sofreu **luxação acrômio-clavicular esquerda**, o que resultou em debilidade permanente(dor residual, limitação nos movimentos de abdução do **ombro esquerdo**, com diminuição da força muscular). Informa que em 2015 requereu administrativamente a indenização securitária perante a Comprev Seguros e Previdência S.A, porém, o pedido foi indeferido.

Requer o benefício da justiça gratuita, a citação da requerida, a realização de perícia médica, a procedência da ação com a condenação da parte ré ao pagamento de R\$ 13.500,00, devidamente corrigidos e com a incidência de juros legais a contar da citação, custas e despesas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 20% sobre o valor da condenação, no caso de recurso.

Juntou documentos.

Através da decisão de ID nº 3080429, foi deferida a gratuidade judiciária e determinada a citação da ré.

A parte ré apresentou contestação(ID 3464000), acompanhada de documentos, na qual **alegou, preliminarmente**: carência da ação visto a ausência de documento imprescindível ao exame da questão, no caso o laudo do IML, pelo que requereu a extinção do feito; ilegitimidade passiva e necessidade de substituição do polo passivo com a inclusão da Seguradora Líder; **No mérito**, dentre outros, pugna pela improcedência do pleito autoral tendo em vista que a parte autora não comprovou a invalidez permanente; e que em caso de eventual condenação, que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pelo autor, a qual deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável, considerando a data do sinistro para o cálculo e que os juros apenas incidam a partir da data da citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação.



Instada a se manifestar acerca da contestação, a parte autora por meio da peça acostada ao ID 3892224, apresentou réplica.

Autos redistribuídos para esta unidade judiciária, conforme certidão de ID nº 13973055.

Comando judicial de ID 23549719, determinando a remessa dos autos ao Cejusc, para marcação/realização de perícia.

Laudo pericial e parecer médico de assistência técnica, este último com justificativa de concordância com o laudo pericial, acostados respectivamente, ao ID nº 28992477, págs. 2/3 e 4/5, acerca do qual se manifestou a parte ré (ID 29361715), permanecendo silente o autor, conforme certidão de ID 38762088.

Certidão vinculada ao ID 42008896, atestando a tempestividade da peça contestatória

É o relatório. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Da ausência de documento indispensável à propositura da ação

Com efeito, a preditada preliminar, suscitada na peça contestatória, diz respeito ao fato de não haver sido acostado aos autos laudo de exame de lesão corporal emitido pelo Instituto Médico Legal, o qual não é indispensável à propositura da ação, visto que a comprovação da incapacidade parcial ou total poderá ser feita mediante prova pericial constituída na fase oportuna do processo, como de fato ocorreu nos presentes autos, não se configurando, portanto, a inépcia da exordial apontada pela parte ré.

Ademais, a prova da invalidez é matéria relativa ao mérito da causa, razão pela qual não deve ser apreciada tal questão em sede de preliminares, mormente quando se leva em consideração que, no caso dos autos, foi realizada perícia por ordem do juízo.

II.2. Da Ilegitimidade Passiva da demandada e necessidade de substituição pela Seguradora Líder

De chofre, REJEITO a alegação de ilegitimidade passiva (ou de inclusão forçada da Líder Seguradora na lide), porque, como já está assentado inclusive em sede jurisprudencial, qualquer seguradora é parte legítima para a resposta às ações de cobrança de indenização DPVAT – afinal, o ressarcimento é garantido pela lei de instituição do seguro:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

E o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não se limita a uma interpretação literal:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.



2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor.

3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa.

4. Recurso especial provido. (REsp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012).

II.3. Do Mérito

No mérito, cabe destacar que o pleito inicial da parte autora é de recebimento de indenização por invalidez permanente, com arrimo na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.

O artigo 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será realizado mediante a comprovação do acidente (mesmo que de forma simples) e a prova do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro.

Nesse sentido, verifica-se que o pagamento da indenização do seguro obrigatório será realizado mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: prova do acidente automobilístico, prova do dano (invalidez permanente) e prova do nexo de causalidade entre o evento e a debilidade definitiva.

No caso em comento, evidenciamos que as provas carreadas aos autos, laudo pericial de **ID 28992477, págs. 2/3**, demonstram que a parte autora, em decorrência de acidente automobilístico, foi acometida de lesão em **seu ombro esquerdo, sendo este um dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial incompleto, com repercussão no percentual da perda de 25%(vinte e cincopor cento).**

No que concerne ao valor da indenização, deve-se aplicar a norma em vigor na data do sinistro.

Aos sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/2008), convertida na Lei nº 11.945 (04/06/2009), aplica-se a regra da gradação de valores, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei nº 6.194/74.

No caso em análise, a indenização deve ser paga em proporcionalidade ao grau de invalidez permanente da vítima, sendo o teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observada a tabela anexada à Lei nº 6.194/74 pela Medida provisória nº 451/2008. Nesse sentido, preconiza a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça: **“a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.**

Assim, deve-se aplicar a redução percentual do prevista no artigo 3º, § 1º, II, da lei nº 6.194/74, o qual determina que a indenização deverá ser paga mediante o enquadramento da lesão sofrida em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa à referida lei.

Nesse sentido, a indenização corresponderá ao valor resultante da aplicação do percentual estabelecido na tabela ao valor máximo da cobertura (R\$ 13.500,00) e, em seguida, se procederá redução proporcional desse valor de acordo com a repercussão da lesão (que pode ser intensa, média, leve ou residual).



No caso em comento, o laudo pericial vinculado ao **ID. 28992477**, págs. 2/3, concluiu que a perda anatômica e/ou funcional definitiva parcial incompleta se deu no **ombro esquerdo** do autor, prevendo a referida tabela a aplicação do percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**, resultando no valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Sobre este valor, deve ainda incidir o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** correspondente ao grau de incapacidade definido pelo *expert* como LEVE, o que equivale ao valor de **R\$ 843,75(oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, a título de indenização securitária.

II.4. Da correção monetária e juros moratórios

Em se tratando de ilícito contratual, conforme jurisprudência do STJ (REsp 1120615/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009), a correção monetária da indenização é devida a partir do efetivo prejuízo (Súmula nº 43/STJ), a saber, **a data do acidente (01.11.2014)**.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há que se ressaltar que, não sendo a responsabilidade extracontratual, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54/STJ.

Deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o **termo inicial é o da citação válida e regular**:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida.

2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido.

(REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009)

O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 406 do CC/2002 c/c o art. 161, § 1º, do CTN, a partir da citação válida.

III – DISPOSITIVO

Isto posto, **rejeito as preliminares** arguidas na contestação e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão autoral para condenar a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A a pagar ao autor a importância de **R\$ 843,75(oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, a título de indenização do seguro DPVAT, com incidência de correção monetária pelo INPC a partir da data do evento danoso (**data do acidente 01.11.2014**), bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação válida (**18.08.2015 - data da juntada aos autos do mandado de citação cumprido, ID's 3217637/3217638**).

Condeno a parte ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte autora, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15.

A parte autora deverá promover, querendo, a respectiva execução de sentença.



Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

NATAL/RN, 24 de abril de 2019

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PEDIDO DE DESISTÊNCIA EM ANEXO.





EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO NATAL – RN.

Processo nº 0828147-81.2015.8.20.5001

DIEGO DA SILVA FERREIRA, já qualificado nos autos da *Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT* em epígrafe, que move em face de MAPFRE SEGUROS S/A, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado *in fine*, informar que o mesmo compareceu ao escritório deste causídico para tomar conhecimento do por que foi intimado para comparecer a duas perícias em um curto período de tempo.

Ao verificar o que havia acontecido através de consulta no PJE (Processo Judicial Eletrônico), observou-se a existência de outra ação, de nº 0802087-71.2015.8.20.5001, que tramita perante a 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, cujo objeto é exatamente o mesmo do processo em epígrafe. Ademais, notou-se ainda ser aquela ação anterior a esta, o que tornou aquele juízo prevento, e, portanto, a presente ação comprometida pela litispendência.

Fato relevante é que o Autor, embora afirme que chegou a procurar outro escritório de advocacia antes de apresentar seus documentos e outorgar procuração a este subscritor, não se lembrava de ter assinado documentos que autorizassem o outro causídico a ajuizar aquela ação. Contudo, ao checar a assinatura constante no instrumento procuratório outorgado ao Dr. Leandro Abrunhosa Ferraz, o mesmo confirmou ser sua a firma ali constante. Logo, reconhece ser o causador de todo o imbróglio, registrando que não teve má-fé na prática dos atos acima descritos, mas foi levado ao erro de acreditar, até o presente momento, que só era autor de uma única ação de cobrança de seguro DPVAT.

Desta feita, explicada a situação supra, e pedindo as devidas escusas por todo o ocorrido, vem à presença de Vossa Excelência comunicar a existência da ação de cobrança que tramita sob o nº 0802087-71.2015.8.20.5001, a qual foi protocolada no dia 22/01/15, logo, anteriormente à presente, que foi distribuída em 02/07/15, e, por consequência, requerer a DESISTÊNCIA da presente demanda, pedindo ainda que não lhe seja imposta qualquer obrigação sobre o pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, bem como não lhe seja imposta nenhuma eventual penalidade por litigância de má-fé, vez que resta demonstrado o desconhecimento do Autor quanto à existência de duas ações idênticas.

Endereço - Av. Prudente de Moraes, 3151, Ed. Multi Empresarial, salas 102/103,
Lagoa Seca, Natal. Cep 59.022-310 Tel: 3206-3727 Cel: 99609-9481
gustavomaciel@superig.com.br





Termos em que,
Pede deferimento.

Natal - RN, 21 de maio de 2019.

Gustavo Rodrigo Maciel Conceição
OAB- RN nº 680-A

Endereço - Av. Prudente de Moraes, 3151, Ed. Multi Empresarial, salas 102/103,
Lagoa Seca, Natal. Cep 59.022-310 Tel: 3206-3727 Cel: 99609-9481
gustavomaciel@superig.com.br



Assinado eletronicamente por: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO - 21/05/2019 16:47:23
<http://pje1g.tjrn.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052116451973300000041651233>
Número do documento: 19052116451973300000041651233

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Demandado(a): RÉU: MAPFRE SEGUROS

CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que a sentença constante no ID Num. 42227387 transitou em julgado em 04/06/2019.

NATAL/RN, 2 de julho de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor:AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: RÉU: MAPFRE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Com a permissão do artigo 152, do CPC, e de acordo com o art. 116 do PROVIMENTO 154, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016, da CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-RN, **fica a parte RÉ, intimada por seu advogado para, no prazo de 10 (dez) dias**, efetuar o pagamento das custas processuais em atenção ao teor da parte final da sentença de ID Num. 42227387, bem ainda para, no mesmo prazo, manifestar-se acerca do petitório de ID Num. 43078848, pelo que remeto o presente ato, nesta data, ao Diário da Justiça Eletrônico para a devida publicação.

NATAL/RN, 3 de julho de 2019

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo: 0828147-81.2015.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor:AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Réu: RÉU: MAPFRE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Com a permissão do artigo 152, do CPC, e de acordo com o art. 116 do PROVIMENTO 154, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016, da CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-RN, **fica a parte RÉ, intimada por seu advogado para, no prazo de 10 (dez) dias**, efetuar o pagamento das custas processuais em atenção ao teor da parte final da sentença de ID Num. 42227387, bem ainda para, no mesmo prazo, manifestar-se acerca do petítório de ID Num. 43078848, pelo que remeto o presente ato, nesta data, ao Diário da Justiça Eletrônico para a devida publicação.

NATAL/RN, 3 de julho de 2019

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Petição



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

REF. PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **DIEGO DA SILVA FERREIRA**, vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa Excelência, **requerer a juntada das guias e comprovantes de custas finais**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.


NATAL/RN, 4 de Julho de 2019.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983




Instruções de Impressão



Configure Todas as Margens para 7 mm. Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) - Corte na linha indicada

	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECADAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003524705	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)	08281478120158205001	Valor do FDJ	354,25	
Partes	DIEGO DA SILVA FERREIRA X MAPFRE SEGUROS			
Serviço	1100102 VALOR SUPERIOR R\$ 10.000 OU ATÉ R\$ 30.000	1	354,25	
Secretaria	(791) 19ª VARA CÍVEL/NATAL			
Valor da Causa/Documento	0,00			
Via do processo/documento - Anexar o Comprovante				

Corte na linha pontilhada

	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECADAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003524705	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)	08281478120158205001	Valor do FDJ	354,25	
Partes	DIEGO DA SILVA FERREIRA X MAPFRE SEGUROS			
Serviço	1100102 VALOR SUPERIOR R\$ 10.000 OU ATÉ R\$ 30.000	1	354,25	
Secretaria	(791) 19ª VARA CÍVEL/NATAL			
Valor da Causa/Documento	0,00			
Via da parte				

Corte na linha pontilhada

	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE F.D.J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça			
Local de pagamento PAGÁVEL NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL, NOSSA AGÊNCIA E CORREIOS			Vencimento 20/07/2019	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE F. D. J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça			Convênio 760686	
Data do documento 20/06/2019	Número da Guia 7000003524705	Data processamento 20/06/2019	Número da Guia 7000003524705	
Uso da Agência Receptora		Espécie R\$	(=) Valor documento 354,25	
Instruções Pagamento em cheque, anotar no verso o "Número do convênio" e o "Número da Guia". Não efetuar depósito e transferência. Não receber após o vencimento.			(-) Desconto / Abatimentos	
			(-) Outras deduções	
			(+) Mora / Multa	
			(+) Outros acréscimos	
			(=) Valor cobrado	
Partes DIEGO DA SILVA FERREIRA X MAPFRE SEGUROS			Cód. baixa	

Autenticação mecânica - Guia Não Compensável

86790000003-7 54250854645-5 92019072070-5 00003524705-5



Corte na linha pontilhada



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
21/06/2019 - AUTOATENDIMENTO - 12.44.15
1509101509 SEGUNDA VIA 0021

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RN
Codigo de Barras	86790000003-7 54250854645-5
	92019072070-5 00003524705-5
Data do pagamento	21/06/2019
Valor em Dinheiro	354,25
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	354,25

DOCUMENTO: 062149
AUTENTICACAO SISBB: E.FCF.688.908.AA8.C64



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0828147-81.2015.8.20.5001

Demandante: AUTOR: DIEGO DA SILVA FERREIRA

Demandado(a):

R É U :

M A P F R E

S E G U R O S

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em atenção aos termos da parte final do comando sentencial transitado em julgado de ID Num. 42227387, ARQUIVO, nesta data, os presentes autos.

NATAL/RN, 16 de julho de 2019.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Petição





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL/RN

PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

PARTE AUTORA: DIEGO DA SILVA FERREIRA

PARTE RÉ: MAPFRE SEGUROS

MAPFRE SEGUROS, empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe vem requerer a juntada do comprovante de pagamento da condenação no valor de **R\$ 1.776,87 (hum mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, que segue em anexo.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, bem como o arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, OAB/PE 16.983, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas**.

Pede Deferimento

De Recife/PE para Natal/RN, 23 de julho de 2019.

ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 843,75
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Outubro/2014 a Junho/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	18/8/2015 a 19/7/2019
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	1704 dias	1,302365
Percentual correspondente	1704 dias	30,236530 %
Valor corrigido para 1/6/2019	(=)	R\$ 1.098,87
Juros(1431 dias-47,000000%)	(+)	R\$ 516,47
Sub Total	(=)	R\$ 1.615,34
Honorários (10%)	(+)	R\$ 161,53
Valor total	(=)	R\$ 1.776,87

Retornar Imprimir





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		22/07/2019	3795	5000121328630
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
19/07/2019	1617855	8281478120158205001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
NATAL	19 VARA CIVEL	RÉU	1776,87	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DIEGO DA SILVA FERREIRA		Física	09911985490	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
52C3B545256316CD				



Petição





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL/RN

PROCESSO Nº 0828147-81.2015.8.20.5001

MAPFRE SEGUROS S/A, devidamente qualificadas nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe promove **DIEGO DA SILVA FERREIRA**, por intermédio de seu patrono ao final firmado, vem, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, em atendimento ao despacho publicado, **expor e requerer** o que se segue:

Tendo em vista que a parte autora veio a juízo pleitear pela **desistência da presente ação**, esta Seguradora Ré se manifesta no sentido de **não concordar com a desistência da ação**, visto que já houve sentença de procedência e já foi efetuado o pagamento da condenação.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, bem como o arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Por fim, requer que seja observado o nome do patrono **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Natal/RN, 24 de julho de 2019.

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO OAB-PE 16983

www.ruedaerueda.com.br | RUA CONDADO, 77 - PARNAMIRIM, RECIFE-PE | CEP 52.040-080 TEL. 81 3248 5291

